



PESQUISA NACIONAL POR
AMOSTRA DE DOMICÍLIOS

ACESSO À INTERNET E À TELEVISÃO E POSSE DE
TELEFONE MÓVEL, CELULAR PARA USO PESSOAL

2013

 **IBGE**
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão
Nelson Barbosa

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Roberto Luís Olinto Ramos

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Maysa Sacramento de Magalhães

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Trabalho e Rendimento
Cimar Azeredo Pereira

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de Trabalho e Rendimento

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal

2013

Rio de Janeiro
2015

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-4345-1

© IBGE. 2015

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção de multimídia

Helena Maria Mattos Pontes

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo Mendonça

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Capa

Marcos Balster Fiore e Renato Aguiar - Coordenação de
Marketing/Centro de Documentação e Disseminação de
Informações - CDDI

Sumário

Apresentação

Introdução

Notas técnicas

Evolução histórica da pesquisa

Principais alterações metodológica, conceitual e processual

Alterações na operação de coleta e na apuração dos dados

Comparabilidade dos resultados da série histórica

Reponderação dos dados de 2005 e 2008

Plano amostral

Tamanho da amostra

Indicadores-chave das Tecnologias de Informação e
Comunicação - TIC

Análise dos resultados

Referências

Anexos

1 - Estimativas da população para o cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2013 e a reponderação das PNADs 2001 a 2012

2 - Grupamentos e subgrupos principais ocupacionais

3 - Grupamentos e divisões de atividade

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE divulga, com a presente publicação, os principais indicadores sobre a utilização da Internet, a posse de telefone móvel celular para uso pessoal e o acesso ao sinal digital de televisão aberta, obtidos a partir das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2013, realizada em convênio com o Ministério das Comunicações.

Os temas relacionados à Internet e ao telefone móvel celular foram investigados nas PNADs 2005 e 2008, em forma de suplemento. A partir de 2009, um conjunto básico de perguntas passou a integrar o questionário da pesquisa. A disponibilidade de dados para os anos de 2005, 2008, 2009, 2011 e 2012 propicia a comparação longitudinal desses indicadores. Portanto, com os resultados desta pesquisa, o IBGE dá continuidade à investigação de informações que contribuem para o conhecimento de aspectos das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC relacionados ao seu acesso nos domicílios e uso individual pelas pessoas.

Os dados de TIC coletados pela PNAD são de interesse de toda a sociedade e, especificamente, dos segmentos envolvidos na produção, prestação de serviços, mensuração e regulamentação do setor, e constituem importante subsídio para a elaboração, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Em 2013, a PNAD coletou um conjunto de dados de TIC mais amplo, com foco na Internet em banda larga e, também, na recepção de diferentes modalidades de sinais de televisão, importante para orientar a transição do sistema analógico de TV para o digital. Esta edição da pesquisa passou a distinguir os aparelhos eletrônicos utilizados para acessar a Internet (microcomputador, telefone móvel celular, *tablet*

e outros) e identificar os domicílios com *tablets*, assim como aqueles nos quais os moradores acessam à Internet em banda larga, tanto com tecnologias fixas (DSL, cabo de televisão por assinatura, cabo de fibra óptica, satélite e rádio) quanto móveis (3G e 4G). Além disso, passou a detectar os domicílios com televisão de tela fina, serviço de televisão por assinatura, televisão com recepção de sinal digital de televisão aberta e antena parabólica.

Esta publicação apresenta, inicialmente, uma breve visão da pesquisa, o plano de amostragem, esclarecimentos sobre os indicadores-chave das TIC, uma análise das informações produzidas sobre esse tema e o Glossário com os termos e conceitos necessários para a compreensão desses resultados. No CD-ROM que acompanha esta publicação, encontram-se as tabelas com os resultados da pesquisa.

Roberto Luís Olinto Ramos
Diretor de Pesquisas

Introdução

O sistema de pesquisas domiciliares, implantado progressivamente no Brasil a partir de 1967, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas e demográficas, umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação, e outras com periodicidade variável, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o País. Em 2013, a pesquisa investigou o acesso à Internet e sinais de televisão, bem como a posse de telefone móvel celular para uso pessoal, de *tablet* e de televisão de tela fina.

Com os resultados desta pesquisa, o IBGE dá continuidade, de forma ampliada, à investigação de informações que contribuem para o conhecimento de aspectos das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC relacionados com o seu uso pelas pessoas. Os dados oriundos desta pesquisa são de interesse de toda a sociedade e, especificamente, dos segmentos envolvidos na produção, prestação de serviços, mensuração e regulamentação do setor, e constituem importante subsídio para o estudo, planejamento e definição de políticas públicas.

Em relação à existência de *tablet* e de televisão de tela fina e ao acesso à Internet e a sinais de televisão no domicílio, foram observadas as variáveis de localização geográfica (Grande Região, Unidade da Federação e Região Metropolitana), situação (rural ou urbana) e

rendimento mensal domiciliar *per capita*. Além dessas variáveis, para o acesso à Internet por pessoas de 10 anos ou mais de idade, foram verificadas a idade, o sexo, os anos de estudo, a condição de estudante e a rede de ensino (pública ou privada), a residência em domicílio com acesso à Internet em banda larga, entre outras. Sobre a posse do telefone móvel celular, são exploradas as relações com a idade, o sexo, os anos de estudo e os rendimentos domiciliares *per capita*, permitindo comparações entre 2005, 2008, 2009, 2011 e 2012.

A PNAD teve início no segundo trimestre de 1967, sendo os seus resultados apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais, com realização no último trimestre. A pesquisa foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. No período de 1974-1975, foi levada a efeito uma pesquisa especial, denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF, que, além dos temas anteriores, investigou consumo alimentar e orçamentos familiares. Durante a realização do ENDEF, o levantamento básico da PNAD foi interrompido. Em 1994, por razões excepcionais, não foi realizado o levantamento da PNAD. A partir de 2004, os resultados agregam as informações das áreas urbana e rural para todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil.

As **Notas técnicas**, a seguir, trazem considerações de natureza metodológica que permitem conhecer os principais aspectos da evolução histórica da pesquisa, bem como uma lista de indicadores-chave das TIC.

Notas técnicas

Evolução histórica da pesquisa

As ilustrações, a seguir, sintetizam alguns aspectos da realização da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD ao longo de sua existência. A primeira permite acompanhar, visualmente, a evolução da área de abrangência geográfica coberta pela pesquisa; a segunda destaca a população-alvo nos temas básicos investigados; e a terceira reúne todos os temas das pesquisas suplementares e especiais já realizadas no âmbito deste levantamento.

Evolução da abrangência geográfica da PNAD - 1967/2013

(continua)

1967



1968



I e II trimestres



III trimestre



IV trimestre

1969

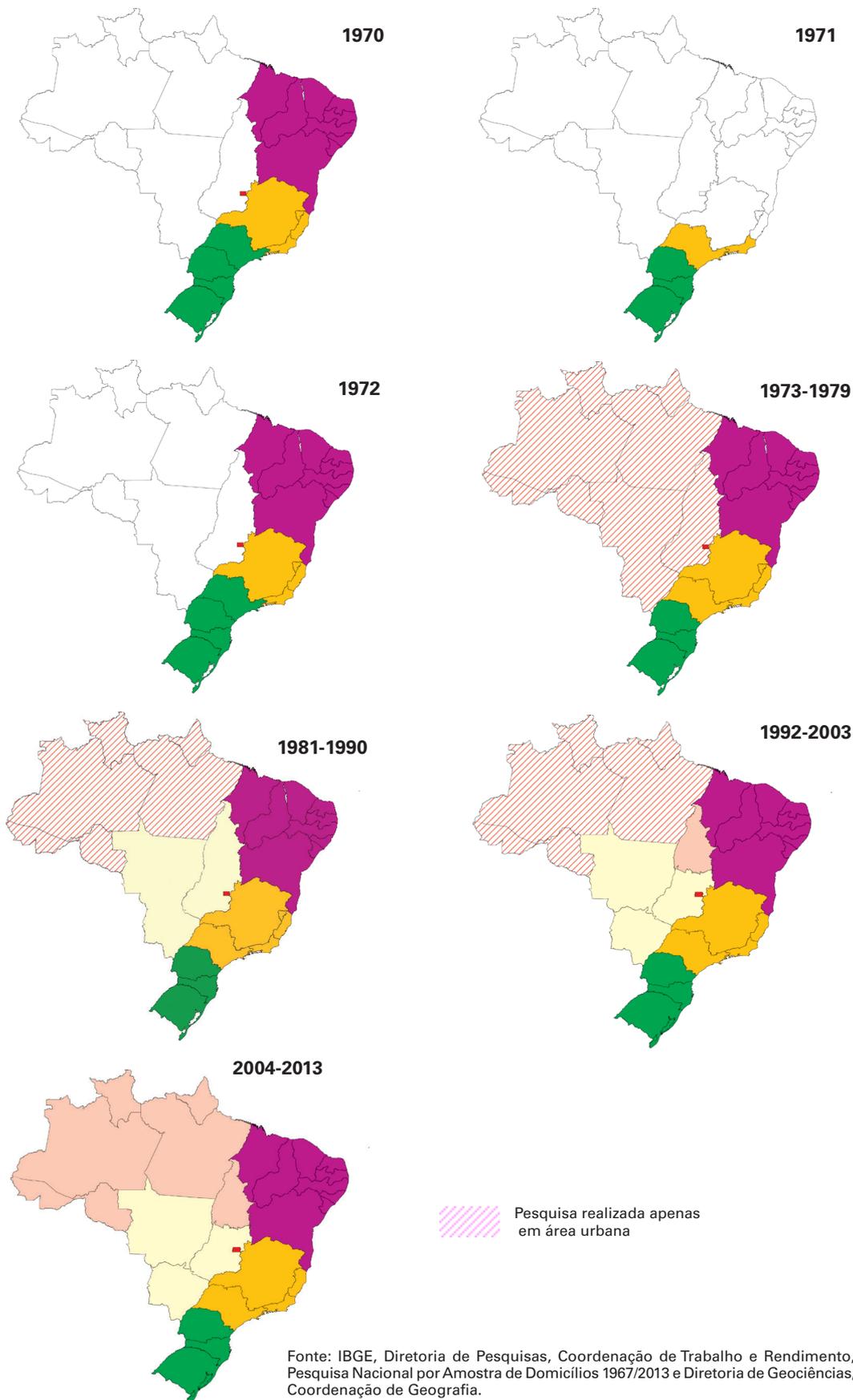


I e III trimestres



IV trimestre

Evolução da abrangência geográfica da PNAD - 1967/2013 (conclusão)



Quadro 1 - Populações abrangidas nos temas básicos da PNAD - 1967/2013

Ano	Habitação	Aspectos demográficos	Educação	Trabalho e rendimento
1967 a 1970	Todos os domicílios	Todas as pessoas	Pessoas de 5 anos ou mais de idade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade
1971 a 1993				Pessoas de 10 anos ou mais de idade
1995 a 1999			Todas as pessoas	Pessoas de 5 anos ou mais de idade
2001				Pessoas de 10 anos ou mais de idade
2002 a 2013				Pessoas de 10 anos ou mais de idade

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1967/2013.

Principais alterações metodológica, conceitual e processual

Alteração do conceito de trabalho

A partir da PNAD 1992, para captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada, o conceito de trabalho tornou-se mais abrangente, incluindo, na captação como pessoa ocupada, os trabalhadores na produção para o próprio consumo e os trabalhadores na construção para o próprio uso.

Na classificação das pessoas ocupadas por posição na ocupação, adotada a partir da PNAD 1992, definiram-se, além das duas categorias novas (trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), uma categoria específica, que recebeu a denominação de “trabalhadores domésticos”, para abarcar as pessoas ocupadas no serviço doméstico remunerado separadamente dos demais empregados.

Reestruturação do instrumento de coleta

O questionário da pesquisa foi estruturado de forma que possibilita, por meio da realocação das parcelas correspondentes à ampliação do conceito de trabalho, gerar resultados harmonizados conceitualmente com os obtidos nos levantamentos da PNAD anteriores ao de 1992.

Classificações de ocupações e de atividades

A partir da PNAD 2002, a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE-Domiciliar passaram a ser adotadas, respectivamente, para a classificação das ocupações e atividades investigadas na PNAD (ver “classificação de ocupações” e “classificação de atividades” no **Glossário**, ao final da publicação).

Ajuste na investigação do tema educação

Para acompanhar a implantação da mudança da duração do ensino fundamental regular de 8 para 9 anos, com matrícula obrigatória aos 6 anos de idade, estabelecida na Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, foram feitos ajustes na investigação da parte de educação da PNAD 2007. Foi incluída na investigação uma pergunta sobre a duração do curso (8 ou 9 anos).

Alterações na operação de coleta e na apuração dos dados

Introdução do coletor eletrônico na pesquisa

A partir da PNAD 2007, foi introduzido o uso do coletor eletrônico PDA para a realização das operações de coleta, possibilitando aprimorar o sistema operacional da pesquisa.

Adoção de sistema de imputação

Em 2007, foi utilizado o sistema DIA - Detección e Imputación Automática de Errores para Datos Cualitativos, que é um aplicativo computacional, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estadística - INE, da Espanha, que tem o objetivo de facilitar a depuração de censos e grandes pesquisas estatísticas. A partir da PNAD 2008, utiliza-se o Canadian Census Edit and Imputation System - CANCEIS.

Comparabilidade dos resultados da série histórica

A comparação dos resultados da PNAD desta década com os das anteriores deve levar em conta as seguintes questões:

- A classificação das áreas urbana e rural é feita de acordo com a legislação vigente por ocasião dos Censos Demográficos;
- Ainda que a legislação tenha alterado a classificação de determinadas áreas, no que diz respeito à situação do domicílio, no período intercensitário, a definição estabelecida por ocasião do Censo Demográfico 2000 foi mantida para as pesquisas da PNAD realizadas de 2001 a 2009 e, também, a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico 2010 permanecerá para as pesquisas da PNAD desta década;
- Em consequência dos itens anteriores, as estatísticas por situações urbana e rural não captam integralmente a sua evolução, sendo que as diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do Censo Demográfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio;
- Em 1988, o antigo Estado de Goiás foi desmembrado para constituir os atuais Estados de Goiás e do Tocantins, passando este último a fazer parte da Região Norte. Por razões de ordem técnica, essas alterações somente foram incorporadas a partir da PNAD 1992. Consequentemente, para os levantamentos da PNAD realizados de 1988 a 1990, as estatísticas produzidas para a Região Norte não incluíram a parcela correspondente ao atual Estado do Tocantins, que permaneceu incorporada à Região Centro-Oeste;
- No período de 1992 a 2003, visando a manter a homogeneidade dos resultados produzidos, as estatísticas da PNAD apresentadas para a Região Norte referiram-se somente à sua parcela urbana, não agregando, portanto, as informações da área rural do Estado do Tocantins, única Unidade da Federação dessa Grande Região em que o levantamento não se restringiu às áreas urbanas nesse período;

- As estatísticas do período de 1992 a 2003 apresentadas para o Brasil foram obtidas considerando as informações de todas as áreas pesquisadas, representando, portanto, a totalidade do País, com exceção somente das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá; e
- A partir de 2004, os resultados apresentados agregam as informações das áreas urbana e rural para todas as Unidades da Federação, Grandes Regiões e Brasil.

Reponderação dos dados de 2005 e 2008

Os indicadores dos suplementos de Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC divulgados para 2005 e 2008, disponíveis no CD-ROM encartado nesta publicação, foram reponderados de acordo com a Projeção da População das Unidades da Federação, divulgada pelo IBGE em 2013, utilizada para os microdados da PNAD 2013. Para maiores detalhes sobre a projeção, ver Anexo 1.

Plano amostral

A PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias - municípios; unidades secundárias - setores censitários; e unidades terciárias - unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos).

Na seleção das unidades primárias e secundárias (municípios e setores censitários) da PNAD da segunda década deste século, foram adotadas a divisão territorial e a malha setorial vigentes na data de referência do Censo Demográfico 2010.

Processo de seleção da amostra

No primeiro estágio, as unidades (municípios) foram classificadas em duas categorias: autorrepresentativas (probabilidade 1 de pertencer à amostra) e não autorrepresentativas. Os municípios pertencentes à segunda categoria passaram por um processo de estratificação e, em cada estrato, foram selecionados com reposição e com probabilidade proporcional à população residente obtida no Censo Demográfico 2010.

No segundo estágio, as unidades (setores censitários) foram selecionadas, em cada município da amostra, também com probabilidade proporcional e com reposição, sendo utilizado o número de unidades domiciliares existentes por ocasião do Censo Demográfico 2010 como medida de tamanho.

No último estágio, foram selecionados, com equiprobabilidade, em cada setor censitário da amostra, os domicílios particulares e as unidades de habitação em domicílios coletivos para investigação das características dos moradores e da habitação.

Em 2004, a inclusão das áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá foi efetivada segundo uma metodologia que partiu dos municípios já selecionados no primeiro estágio do processo de seleção. Os setores rurais foram selecionados da mesma forma que os setores urbanos, mantendo-se a mesma fração de amostragem utilizada para os urbanos. Para alguns municípios, a aplicação direta dessa fração de amostragem resultaria em uma enorme quantidade de unidades domiciliares a serem entrevistadas sem o benefício equivalente no nível de precisão das estimativas. Por essa razão, foram adotados fatores de subamostragem variados para esses municípios.

A partir de 2011, a seleção da amostra de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá seguiu a mesma metodologia adotada para as demais Unidades da Federação.

Cadastro de unidades domiciliares

Anualmente, com a finalidade de manter atualizado o cadastro básico de unidades domiciliares e, desta forma, preservar as frações de amostragem prefixadas, realiza-se, em todos os setores da amostra, a operação de listagem, que consiste em relacionar, ordenadamente, todas as unidades residenciais e não residenciais existentes na área.

Na Tabela 1, apresentam-se as frações de amostragem, o número de unidades domiciliares, de setores censitários e de municípios selecionados nas diversas áreas em 2013.

Tabela 1 - Fração de amostragem e composição da amostra, segundo as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Fração de amostragem	Composição da amostra			
		Municípios	Setores	Unidades domiciliares	Pessoas
Brasil		1 100	9 166	148 697	362 555
Rondônia	1/200	23	170	2 836	7 120
Acre	1/150	11	94	1 559	4 475
Amazonas	1/250	23	240	3 786	13 023
Roraima	1/150	5	57	985	2 767
Pará	1/350	61	563	8 628	22 455
Região Metropolitana de Belém	1/150	6	264	4290	9 775
Amapá	1/200	6	60	935	2 890
Tocantins	1/200	23	148	2490	6 457
Maranhão	1/600	35	205	3144	9 270
Piauí	1/500	20	127	2195	5 592
Ceará	1/600	48	457	7683	19 122
Região Metropolitana de Fortaleza	1/250	15	289	4897	11 864
Rio Grande do Norte	1/550	19	129	2085	5 068
Paraíba	1/550	23	146	2379	6 187
Pernambuco	1/600	50	581	9004	20 561
Região Metropolitana de Recife	1/200	14	390	6201	13 182
Alagoas	1/500	18	128	1995	5 461
Sergipe	1/300	22	155	2460	6 089
Bahia	1/600	88	731	11 678	27 247
Região Metropolitana de Salvador	1/250	13	330	5436	12 157
Minas Gerais	1/650	129	813	13 566	33 137
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1/400	35	297	5084	12 889
Espírito Santo	1/450	24	187	3 062	6 737
Rio de Janeiro	1/550	47	689	11 169	25 723
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	1/550	19	495	7946	18 664
São Paulo	1/950	126	1023	16 967	39 531
Região Metropolitana de São Paulo	1/850	37	489	8160	19 568
Paraná	1/600	67	457	7 443	19 045
Região Metropolitana de Curitiba	1/400	18	174	2923	7 627
Santa Catarina	1/550	45	278	4 406	9 882
Rio Grande do Sul	1/600	83	756	12 263	27 189
Região Metropolitana de Porto Alegre	1/200	32	472	7633	17 214
Mato Grosso do Sul	1/350	21	158	2 681	6 327
Mato Grosso	1/350	31	204	3 145	7 148
Goiás	1/350	51	397	6 561	14 691
Distrito Federal	1/250	1	213	3 592	9 361

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: A composição da amostra da Unidade da Federação inclui a Região Metropolitana e as áreas urbanas e rurais.

Processo de expansão da amostra

A expansão da amostra utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana de divulgação da pesquisa).

Até 2003, utilizou-se a projeção da população residente urbana como variável independente para a expansão da amostra das seis Unidades da Federação (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) em que a pesquisa não cobria a área rural. A partir de 2004, a pesquisa passou a cobrir tanto as áreas urbanas como as rurais dessas seis Unidades da Federação. Considerando essa situação especial, unicamente para Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, adotou-se a projeção da população residente, segundo a situação do domicílio (urbana e rural), como variável independente para expansão da amostra. A partir de 2011, a expansão da amostra dessas seis Unidades da Federação seguiu o mesmo procedimento adotado para as demais.

Precisão das estimativas

Com o objetivo de fornecer mais subsídios para a interpretação dos resultados da PNAD, são apresentadas, a seguir, algumas considerações que possibilitam avaliar o grau de confiabilidade das estimativas constantes neste volume.

Em pesquisas de múltiplos propósitos e de grande abrangência em termos de extensão territorial, como é o caso da PNAD, torna-se praticamente impossível isolar os erros provenientes das diversas fontes que influem nos resultados finais. Tais erros podem advir de flutuações aleatórias (erros de amostragem) ou ter origem não probabilística (erros alheios à amostragem), sendo que estes últimos podem ser introduzidos em qualquer uma das fases de realização da pesquisa.

Os erros alheios à amostragem não são influenciados pelo desenho da amostra e a sua mensuração, quando possível, exige análises mais complexas e de custo elevado, com maior demora na obtenção de resultados do que para os erros de amostragem.

Tendo em vista o processo de expansão adotado para a PNAD, cumpre destacar que o grau de precisão está fortemente ligado ao das hipóteses feitas para as taxas de fecundidade, mortalidade e migração. O cálculo do erro de amostragem deveria, portanto, levar em conta duas fontes de variação:

- O erro de amostragem proveniente da seleção das unidades domiciliares para a amostra; e
- O erro proveniente do modelo matemático empregado para projetar a população.

Os resultados apresentados referem-se, apenas, aos erros de amostragem.

Estimativas dos erros amostrais

A utilização do plano de amostragem da PNAD para estimar populações pequenas em números absolutos ou concentradas geograficamente pode gerar estimativas com erros de amostragem elevados.

Nesse sentido, visando facilitar a avaliação da precisão das estimativas divulgadas, foram calculados os erros de amostragem expressos pelos coeficientes de variação, para todas as variáveis (células) constantes do plano tabular de divulgação.

Para cada tabela de resultados apresentada nesta divulgação, segue outra com os correspondentes coeficientes de variação.

Tamanho da amostra

Na PNAD 2013, foram pesquisadas 362 555 pessoas e 148 697 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação.

Indicadores-chave das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC

As estatísticas sobre bens e serviços que contribuem para o acesso à informação e comunicação são instrumentos valiosos para subsidiar o planejamento nacional e as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do País.

Os avanços das TIC vêm-se refletindo em todo o mundo, embora com intensidade diferenciada em função do nível de desenvolvimento das sociedades ou de outros fatores (políticos, culturais etc.). Tendo em vista o impacto dessas tecnologias como fatores propulsores do desenvolvimento econômico e social dos países, cada vez mais se torna necessário acompanhar a sua evolução. Nesse sentido, a Sociedade para a Medição das TIC para o Desenvolvimento (Partnership on Measuring ICT for Development), que é uma iniciativa internacional para harmonizar as estatísticas sobre essas tecnologias, elaborou uma lista de indicadores-chave. Essa lista, que tem o objetivo de servir de base para a elaboração padronizada de estatísticas para obtenção de indicadores comparáveis internacionalmente sobre a sociedade da informação, resultou de um intenso processo de consultas a organismos de estatística e contou com a aprovação dos participantes do Encontro Temático sobre Medição da Sociedade da Informação da Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (World Summit on the Information Society, WSIS Thematic Meeting on Measuring the Information Society)¹, realizado em Genebra, em fevereiro de 2005². A produção dos indicadores-chave não tem caráter de obrigatoriedade e deve ajustar-se às condições e necessidades dos países. Ademais, essa lista é periodicamente revista com o objetivo de seu contínuo aprimoramento. Em 2010, foi publicada pela União Internacional de Telecomunicações - UIT (International Telecommunication Union - ITU) a primeira revisão da lista

¹ A Sociedade para a Medição das TIC para o Desenvolvimento é constituída pelos seguintes membros: Statistical Office of the European Communities - EUROSTAT; União Internacional de Telecomunicações - UIT (International Telecommunication Union - ITU); Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - OCDE (Organization for Economic Cooperation and Development - OECD); Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (United Nations Conference on Trade and Development - UNCTAD); quatro comissões regionais das Nações Unidas: Comissão Econômica para a África (United Nations Economic Commission for Africa - ECA), Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (United Nations Economic Commission for Latin America and the Caribbean - ECLAC), Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (United Nations Economic and Social Commission for Asia and the Pacific - ESCAP) e Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental (United Nations Economic and Social Commission for Western Asia - ESCWA); Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO Institute for Statistics); Departamento das Nações Unidas de Assuntos Econômicos e Sociais (United Nations Department of Economic and Social Affairs); Secretariado da Convenção da Basileia do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Secretariat of the Basel Convention - SBC of the United Nations Environment Programme - UNEP); Instituto para o Estudo Avançado da Sustentabilidade e da Paz da Universidade das Nações Unidas (United Nations University Institute for the Advanced Study of Sustainability and Peace - UNU-ISP) e Banco Mundial (World Bank).

² Para informações mais detalhadas sobre o documento resultante, consultar: WSIS THEMATIC MEETING ON MEASURING THE INFORMATION SOCIETY, 2005, Geneva. *Final conclusions*. Geneva: World Summit on the Information Society - WSIS, 2005. 10 p. Disponível em: <<https://www.itu.int/wsis/docs2/thematic/unctad/final-conclusions.PDF>>. Acesso em: abr. 2015.

de indicadores-chave, que foi adaptada a mudanças tecnológicas e também passou a contemplar indicadores relacionados à educação³. Em 2011, além de revisões de algumas definições e categorias de resposta de indicadores já existentes, a lista foi acrescida de indicadores de governo eletrônico, pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (United Nations Economic Commission for Africa - ECA)⁴. A mais recente atualização da lista foi efetivada em 2014, por meio da publicação de um manual para a medição do acesso a TIC nos domicílios e do uso de TIC por pessoas, pela União Internacional de Telecomunicações - UIT (International Telecommunication Union - ITU)⁵.

A lista de indicadores-chave abrange sete conjuntos de indicadores:

- 1 - Indicadores-chave de infraestrutura de TIC e de acesso a TIC;
- 2 - Indicadores-chave de acesso a TIC nos domicílios e de uso de TIC por pessoas;
- 3 - Indicadores-chave de uso de TIC por empresas;
- 4 - Indicadores-chave do setor produtivo de bens e serviços de TIC;
- 5 - Indicadores-chave de comércio internacional de bens de TIC;
- 6 - Indicadores-chave de TIC na educação; e
- 7 - Indicadores-chave de governo eletrônico.

O segundo conjunto é formado por 16 indicadores, geralmente obtidos por meio de pesquisas por amostra de domicílios:

- HH1 - Proporção de domicílios com rádio;
- HH2 - Proporção de domicílios com televisão;
- HH3 - Proporção de domicílios com telefone: telefone fixo convencional; telefone celular; somente telefone fixo convencional; somente telefone celular; telefones fixo convencional e celular; qualquer tipo de telefone;
- HH4 - Proporção de domicílios com microcomputador;
- HH5 - Proporção de pessoas utilizando microcomputador;
- HH6 - Proporção de domicílios com Internet;
- HH7 - Proporção de pessoas utilizando a Internet;
- HH8 - Proporção de pessoas utilizando a Internet, por local de utilização: domicílio de residência; local de trabalho; estabelecimento de ensino; domicílio de outra pessoa; centro de acesso público pago (comercial); centro de acesso público gratuito; em mobilidade;

³ Para informações mais detalhadas sobre a primeira revisão da lista de indicadores-chave efetuada em 2010, consultar: CORE ICT indicators 2010. Geneva: International Telecommunication Union - ITU, 2010. 94 p. Preparado no âmbito da Partnership on Measuring ICT for Development. Disponível em: <http://www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-ICT_CORE-2010-PDF-E.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

⁴ Para informações mais detalhadas sobre a revisão e os acréscimos ocorridos em 2011, consultar: FRAMEWORK for a set of e-government core indicators. Addis Ababa: United Nations Economic Commission for Africa - ECA, 2011. 41 p. Preparado no âmbito da Partnership on Measuring ICT for Development. Disponível em: <http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/coreindicators/Framework_for_a_set_of_E-Government_Core_Indicators_Final_rev1.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

⁵ Para informações mais detalhadas sobre a atualização ocorrida em 2014, consultar: MANUAL for measuring ICT access and use by households and individuals. Geneva: International Telecommunication Union - ITU, 2014. 207 p. Preparado no âmbito da Partnership on Measuring ICT for Development. Disponível em: <http://www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-ITCMEAS-2014-PDF-E.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

- HH9 - Proporção de pessoas utilizando a Internet, por tipo de atividade realizada: obter informações sobre bens ou serviços; obter informações sobre saúde; marcar consulta médica; obter informações de organizações governamentais; interagir com organizações governamentais; enviar ou receber *e-mail*; realizar chamadas de voz (VoIP); participar de redes sociais; acessar *sites* de mensagem instantânea (*chats*), *blogs* ou de fóruns de discussão; comprar ou encomendar bens ou serviços; vender bens ou serviços; usar serviços relacionados a viagens ou a hospedagem para viagens; serviços bancários (banco eletrônico); fazer um curso; consultar *wikis*, enciclopédias ou outros *sites* com o propósito de aprendizado; ouvir rádio; assistir à televisão; acessar por meio de *streaming* ou baixar imagens, filmes, vídeos ou música; jogar ou baixar programas ou aplicativos; ler ou baixar jornais, revistas e livros; procurar emprego ou submeter uma solicitação de emprego; participar de redes profissionais; administrar página própria; carregar conteúdo próprio em uma página para compartilhamento; manter ou adicionar conteúdos em um *blog*; postar opiniões sobre questões políticas; participar de consultas ou votações para definir questões políticas; utilizar espaços de armazenamento para salvar documentos, fotos, música, vídeo ou outros arquivos; usar programas executados pela Internet para editar documentos de texto, planilhas ou apresentações;
- HH10 - Proporção de pessoas utilizando telefone móvel;
- HH11 - Proporção de domicílios com acesso à Internet, por tipo de serviço: discado; banda larga fixa com fio; banda larga fixa sem fio e terrestre; banda larga fixa via satélite; banda larga móvel conjugada à telefonia celular; banda larga móvel sem telefonia celular;
- HH12 - Proporção de pessoas utilizando a Internet, por frequência: ao menos uma vez por dia; ao menos uma vez por semana, mas não todo dia; menos de uma vez por semana;
- HH13 - Proporção de domicílios com acesso à distribuição de sinais de televisão diferentes do analógico aberto convencional, por tipo: TV a cabo; TV via satélite; IPTV; sinal digital aberto;
- HH14 - Proporção de domicílios sem Internet, segundo barreiras ao acesso: a Internet não é necessária; tem acesso em outro local; falta de confiança, conhecimento ou habilidade para usar a Internet; o custo do equipamento é muito alto; preocupações de privacidade ou segurança; o serviço de acesso à Internet não está disponível na área; o serviço de acesso à Internet está disponível na área, mas não atende às necessidades do domicílio; razões culturais.
- HH15 - Proporção de usuários de microcomputador, segundo habilidades: copiar ou mover arquivo ou pasta; duplicar ou mover informação em um documento; enviar *e-mails* com arquivos anexos; usar fórmulas aritméticas simples em uma planilha; conectar e instalar novos dispositivos; encontrar, baixar e instalar programas de configuração; criar apresentações eletrônicas; transferir arquivos de um computador para outros dispositivos; escrever um programa de computador usando uma linguagem de programação especializada; e
- HH16 - Proporção do total da despesa domiciliar destinada a bens e serviços de TIC.

De 2001 a 2013, dos 16 indicadores-chave, cinco indicadores foram gerados em todas as edições: HH1, HH2, HH3, HH4 e HH6. Cumpre destacar que, até 2012, a PNAD gerava uma estimativa mais limitada do indicador HH6, qual seja: “proporção de

domicílios com microcomputador com acesso à Internet”. A presente edição da PNAD, pela primeira vez, identifica não somente o acesso domiciliar à Internet por meio de microcomputador, mas também por telefone móvel celular, *tablet*, televisão e outros equipamentos eletrônicos. Entretanto, diferentemente da definição do indicador HH6 estabelecida na edição 2014 do Manual da UIT, a PNAD 2013 não circunscreve o acesso domiciliar à Internet àquele realizado por meio de equipamentos eletrônicos que “estão geralmente disponíveis para utilização de todos os moradores do domicílio a qualquer tempo” (MANUAL..., 2014, p. 53, tradução nossa)⁶. Outra observação importante diz respeito ao indicador de existência de microcomputador nos domicílios. A PNAD, ao contrário da definição do indicador HH4 da edição 2014 do Manual da UIT (MANUAL..., 2014, p. 49), não considera o *tablet* como um tipo de microcomputador UIT⁷. Não obstante, os dados coletados pela PNAD 2013, que verifica a existência de *tablet* nos domicílios, permitem gerar precisamente o indicador HH6.

Além disso, os indicadores-chave HH8 e HH9 foram produzidos nos anos de 2005 e 2008; uma aproximação do HH10 (“proporção de pessoas com 10 anos ou mais de idade que possuem telefone móvel para uso pessoal”) foi gerada em 2005 e de 2008 em diante; o indicador HH11 está disponível para os anos de 2005, 2008 e 2013; o indicador HH12 foi gerado na edição de 2005; e o HH13 foi incluído nesta última edição⁸. É a primeira vez, portanto, que a PNAD mede o acesso domiciliar a diferentes tipos de sinais de televisão. Somente quatro indicadores-chave não foram considerados em nenhuma das edições da PNAD: HH5, HH14, HH15 e HH16, sendo que os últimos três foram incluídos à lista de indicadores-chave somente em 2014, e o último não é objeto da PNAD, mas da Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, também realizada pelo IBGE.

Por fim, é oportuno salientar duas outras importantes modificações, na estrutura conceitual dos indicadores-chave de uso de TIC por pessoas, promovidas pela edição 2014 do Manual da UIT e sua relação com os padrões adotados pela PNAD. A primeira é a mudança do período de referência de 12 para três meses, que já era parâmetro da PNAD. A segunda é a mudança do escopo de idade recomendado: de 15 a 74 anos para 5 anos ou mais. O escopo da PNAD continua a ser pessoas com 10 anos ou mais de idade.

⁶ Essa qualificação não fazia parte da definição original do indicador HH6, tampouco das revisões publicadas em 2010 e 2011, que vigoraram até 2013.

⁷ O *tablet* não fazia parte da definição original do indicador HH4, tampouco das revisões publicadas em 2010 e 2011, que vigoraram até 2013.

⁸ Alguns dos indicadores produzidos a partir da PNAD comportam menos categorias de resposta do que as recomendadas na edição 2014 do Manual da UIT (MANUAL..., 2014, p. 55-67). A maioria das categorias não contempladas pela PNAD não integrava as recomendações associadas aos indicadores originais e as revisões publicadas em 2010 e 2011, que vigoraram até 2013.

Tabela 2 - Domicílios particulares permanentes, total e com alguns bens e serviços de acesso à informação e comunicação, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Domicílios particulares permanentes (1 000 domicílios)						
	Total	Bens e serviços de acesso à informação e comunicação					
		Rádio	Televisão	Microcomputador		Telefone	
				Total	Ligado à Internet	Fixo convencional	Móvel celular
Brasil	65 130	49 311	63 281	31 834	27 623	25 113	58 486
Norte	4 748	2 521	4 415	1 476	1 133	731	4 058
Rondônia	552	330	516	210	165	95	486
Acre	215	101	195	71	54	37	183
Amazonas	962	527	899	359	273	180	821
Roraima	148	65	136	54	37	28	125
Pará	2 224	1 137	2 058	571	442	283	1 856
Região Metropolitana de Belém	628	363	618	269	228	209	598
Amapá	191	109	182	69	49	33	170
Tocantins	457	250	428	142	113	74	417
Nordeste	17 078	12 277	16 378	5 484	4 683	3 092	14 548
Maranhão	1 844	851	1 738	385	294	242	1 364
Piauí	930	620	873	225	174	110	773
Ceará	2 664	2 030	2 573	816	695	492	2 303
Região Metropolitana de Fortaleza	1 140	856	1 118	501	435	368	1 073
Rio Grande do Norte	1 034	724	1 006	394	346	170	933
Paraíba	1 214	937	1 187	423	365	160	1 098
Pernambuco	2 913	2 327	2 832	1 054	916	582	2 533
Região Metropolitana de Recife	1 253	1 015	1 236	621	539	398	1 175
Alagoas	966	711	933	286	247	127	828
Sergipe	690	537	670	220	185	122	625
Bahia	4 823	3 540	4 566	1 680	1 460	1 087	4 092
Região Metropolitana de Salvador	1 330	1 000	1 303	740	682	583	1 270
Sudeste	28 347	22 642	27 903	16 699	14 830	15 441	25 985
Minas Gerais	6 818	5 574	6 652	3 440	2 949	2 473	6 082
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1 700	1 476	1 677	1 051	914	974	1 615
Espírito Santo	1 310	948	1 281	683	599	478	1 195
Rio de Janeiro	5 765	4 740	5 713	3 413	3 021	3 542	5 276
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	4 327	3 630	4 294	2 693	2 428	2 940	3 982
São Paulo	14 455	11 380	14 257	9 163	8 261	8 949	13 432
Região Metropolitana de São Paulo	6 772	5 431	6 719	4 554	4 227	4 741	6 354
Sul	9 966	8 432	9 765	5 633	4 826	4 148	9 169
Paraná	3 728	3 059	3 625	2 085	1 775	1 615	3 398
Região Metropolitana de Curitiba	1 145	970	1 123	730	656	697	1 055
Santa Catarina	2 267	1 836	2 232	1 399	1 213	1 048	2 040
Rio Grande do Sul	3 971	3 537	3 908	2 148	1 837	1 485	3 731
Região Metropolitana de Porto Alegre	1 491	1 265	1 473	918	823	772	1 426
Centro-Oeste	4 991	3 439	4 820	2 542	2 152	1 702	4 725
Mato Grosso do Sul	862	625	832	414	338	243	813
Mato Grosso	1 075	669	1 005	482	384	246	999
Goiás	2 153	1 502	2 092	989	828	684	2 032
Distrito Federal	901	643	891	657	601	528	880

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Tabela 3 - Percentual de domicílios com alguns bens e serviços de acesso à informação e comunicação no total de domicílios particulares permanentes, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e as Regiões Metropolitanas - 2013

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Percentual de domicílios com bens e serviços de acesso à informação e comunicação no total de domicílios particulares permanentes (%)					
	Rádio	Televisão	Microcomputador		Telefone	
			Total	Ligado à Internet	Fixo convencional	Móvel celular
Brasil	75,7	97,2	48,9	42,4	38,6	89,8
Norte	53,1	93,0	31,1	23,9	15,4	85,5
Rondônia	59,8	93,6	38,1	29,9	17,2	88,1
Acre	47,2	90,9	33,0	25,3	17,3	85,2
Amazonas	54,8	93,4	37,4	28,4	18,7	85,4
Roraima	44,0	92,4	36,3	25,3	19,3	84,7
Pará	51,1	92,5	25,7	19,9	12,7	83,5
Região Metropolitana de Belém	57,8	98,4	42,9	36,3	33,3	95,2
Amapá	57,3	95,4	36,0	25,6	17,3	89,2
Tocantins	54,7	93,5	31,0	24,8	16,3	91,2
Nordeste	71,9	95,9	32,1	27,4	18,1	85,2
Maranhão	46,2	94,3	20,9	16,0	13,1	74,0
Piauí	66,7	93,9	24,1	18,7	11,8	83,1
Ceará	76,2	96,6	30,7	26,1	18,5	86,4
Região Metropolitana de Fortaleza	75,1	98,1	44,0	38,1	32,3	94,2
Rio Grande do Norte	70,0	97,2	38,1	33,4	16,5	90,2
Paraíba	77,2	97,8	34,9	30,1	13,2	90,5
Pernambuco	79,9	97,2	36,2	31,4	20,0	87,0
Região Metropolitana de Recife	81,0	98,6	49,5	43,0	31,7	93,8
Alagoas	73,6	96,7	29,7	25,6	13,1	85,7
Sergipe	77,7	97,1	31,9	26,9	17,7	90,5
Bahia	73,4	94,7	34,8	30,3	22,5	84,8
Região Metropolitana de Salvador	75,2	98,0	55,7	51,3	43,8	95,5
Sudeste	79,9	98,4	58,9	52,3	54,5	91,7
Minas Gerais	81,8	97,6	50,5	43,2	36,3	89,2
Região Metropolitana de Belo Horizonte	86,8	98,7	61,8	53,7	57,3	95,0
Espírito Santo	72,4	97,8	52,1	45,7	36,5	91,2
Rio de Janeiro	82,2	99,1	59,2	52,4	61,4	91,5
Região Metropolitana do Rio de Janeiro	83,9	99,3	62,2	56,1	68,0	92,0
São Paulo	78,7	98,6	63,4	57,2	61,9	92,9
Região Metropolitana de São Paulo	80,2	99,2	67,2	62,4	70,0	93,8
Sul	84,6	98,0	56,5	48,4	41,6	92,0
Paraná	82,1	97,3	55,9	47,6	43,3	91,2
Região Metropolitana de Curitiba	84,7	98,1	63,8	57,3	60,8	92,2
Santa Catarina	81,0	98,4	61,7	53,5	46,2	90,0
Rio Grande do Sul	89,1	98,4	54,1	46,3	37,4	94,0
Região Metropolitana de Porto Alegre	84,9	98,8	61,6	55,2	51,8	95,7
Centro-Oeste	68,9	96,6	50,9	43,1	34,1	94,7
Mato Grosso do Sul	72,5	96,5	48,0	39,2	28,2	94,3
Mato Grosso	62,2	93,5	44,8	35,7	22,9	93,0
Goiás	69,8	97,2	45,9	38,5	31,8	94,4
Distrito Federal	71,3	98,8	72,9	66,7	58,6	97,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Análise dos resultados

Os resultados sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2013, foram analisados levando-se em conta um elenco de variáveis consideradas principais e a comparação com os dados obtidos nas pesquisas de 2005, 2008 e 2011.

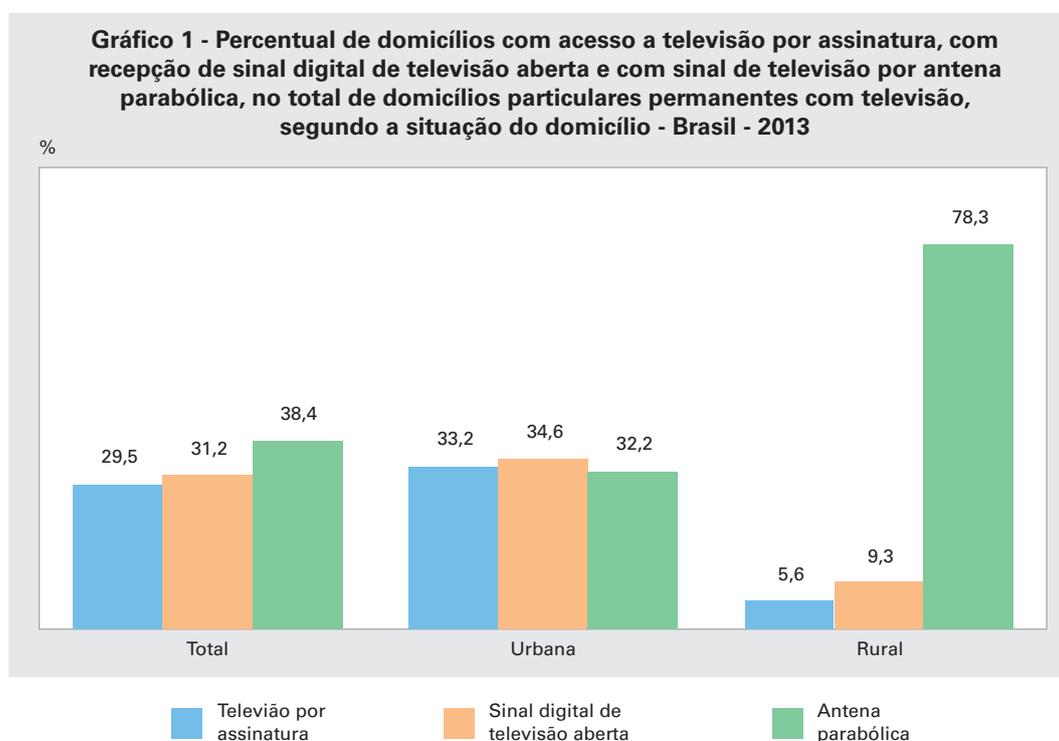
Perguntou-se para todos os moradores de 10 anos ou mais de idade se tinham acessado a Internet nos últimos três meses, em qualquer local. Cabe aqui ressaltar que as entrevistas da PNAD são realizadas sempre no último trimestre de cada ano. Foram observados o acesso por estudantes e não estudantes; o uso da rede segundo a condição de ocupação das pessoas e as formas de inserção no mercado de trabalho; se o acesso à Internet foi por meio de banda larga; os tipos de aparelhos eletrônicos utilizados (microcomputador, telefone móvel celular, *tablet*, televisão e outros); e as redes de telecomunicações (redes móveis celulares e redes fixas, com ou sem fio) utilizadas para o acesso. Sobre a posse de telefone móvel celular para uso pessoal, foram exploradas as relações com a idade, o sexo, o nível de instrução e o rendimento mensal domiciliar *per capita*. Além desses itens, passou-se a distinguir os domicílios cobertos por sinal digital de televisão aberta, a contratação de serviço de televisão por assinatura, bem como a existência de antena parabólica e de aparelhos de televisão de tela fina e de tubo.

Acesso à televisão

Em 2013, o País tinha 65,1 milhões de domicílios particulares permanentes, dos quais, 63,3 milhões (97,2%) possuíam televisão. A televisão por assinatura estava presente em 29,5% (18,7 milhões) dos domicílios com televisão, enquanto 70,5% (44,6 milhões) não dispu-

nham desse serviço. O sinal digital de televisão aberta estava presente em 31,2% (19,7 milhões) dos domicílios, frente a 64,1% (40,5 milhões) sem essa cobertura. A recepção do sinal de televisão realizada por meio de antena parabólica representava 38,4% (24,3 milhões) dos casos, contra 61,1% (38,6 milhões) daqueles sem esse dispositivo. Do total dos domicílios particulares permanentes com televisão no País, 28,5% (18,1 milhões) não possuíam nenhum desses recursos (nem televisão por assinatura, nem sinal digital de televisão aberta, nem antena parabólica).

Na área urbana, encontravam-se as maiores proporções de acesso à recepção de sinal digital de televisão aberta (34,6%) e de televisão por assinatura (33,2%), contudo, a área rural registrava maior percentual de domicílios com recepção de sinal de televisão por antena parabólica (78,3%), frente a 32,2% na área urbana.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

No que diz respeito às Grandes Regiões, a Região Sudeste apresentava a maior concentração de domicílios com televisão por assinatura, 40,1% (11,2 milhões). Nas Regiões Sul e Centro-Oeste, esse serviço atingia 29,6% (2,9 milhões) e 26,9% (1,3 milhão) dos domicílios, respectivamente. Os menores percentuais estavam nas Regiões Norte (18,9%) e Nordeste (15,0%), o que correspondia a 837 mil e 2,5 milhões de domicílios, nessa ordem.

A menor proporção de domicílios com antena parabólica ocorreu na Região Sudeste, 28,7%, enquanto a Região Nordeste atingiu a maior proporção, 50,7%. Nas demais Grandes Regiões, o percentual situou-se em torno de 40%.

O sinal digital de televisão aberta registrou o maior percentual na Região Sudeste, 38,9% (10,9 milhões), seguida das Regiões Sul, 32,6% (3,2 milhões), e Centro-Oeste, 29,2% (1,4 milhão). As Regiões Norte e Nordeste alcançavam, aproximadamente, 20%, o que correspondia a 999 mil e 3,3 milhões de domicílios, respectivamente.

Tabela 4 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes com televisão, por Grandes Regiões, segundo o acesso a televisão por assinatura, a recepção de sinal digital de televisão aberta e a recepção de sinal de televisão por antena parabólica - 2013

Acesso a televisão por assinatura, recepção de sinal digital de televisão aberta e de sinal de televisão por antena parabólica	Distribuição dos domicílios particulares permanentes com televisão (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)(2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Acesso a televisão por assinatura						
Tinham	29,5	18,9	15,0	40,1	29,6	26,9
Não tinham	70,5	81,1	85,0	59,9	70,4	73,1
Recepção de sinal digital de televisão aberta						
Tinham	31,2	22,6	20,0	38,9	32,6	29,2
Não tinham	64,1	73,7	75,2	56,1	62,8	65,9
Recepção de sinal de televisão por antena parabólica						
Tinham	38,4	42,3	50,7	28,7	41,4	42,8
Não tinham	61,1	57,4	49,0	70,5	58,2	56,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Inclusive os domicílios em que não se sabia se havia recepção de sinal digital de televisão aberta. (2) Inclusive os domicílios em que não se sabia se havia recepção de sinal de televisão por antena parabólica.

A Tabela 5 mostra que, em 2013, do total de domicílios com televisão, 35,4% não possuíam recepção de sinal digital de televisão aberta, mas contavam com pelo menos uma modalidade alternativa de acesso a transmissões televisivas: 25,5% tinham somente recepção de sinal de televisão por antena parabólica; 7,5% tinham somente televisão por assinatura; e 2,4% tinham antena parabólica e televisão por assinatura. Em 28,5% dos domicílios com televisão, não havia recepção de sinal digital de televisão aberta, antena parabólica ou televisão por assinatura.

A Região Norte apresentou o maior percentual de domicílios sem recepção de sinal digital de televisão aberta, antena parabólica ou televisão por assinatura (34,3%). O menor percentual foi registrado na Região Sul (26,2%).

Considerando-se os domicílios com televisão, o Distrito Federal (49,3%), São Paulo (43,0%) e Rio de Janeiro (40,3%) apresentaram os maiores percentuais de recepção de sinal digital de televisão aberta, enquanto Alagoas (13,7%), Maranhão (13,1%) e Tocantins (11,8%), os menores.

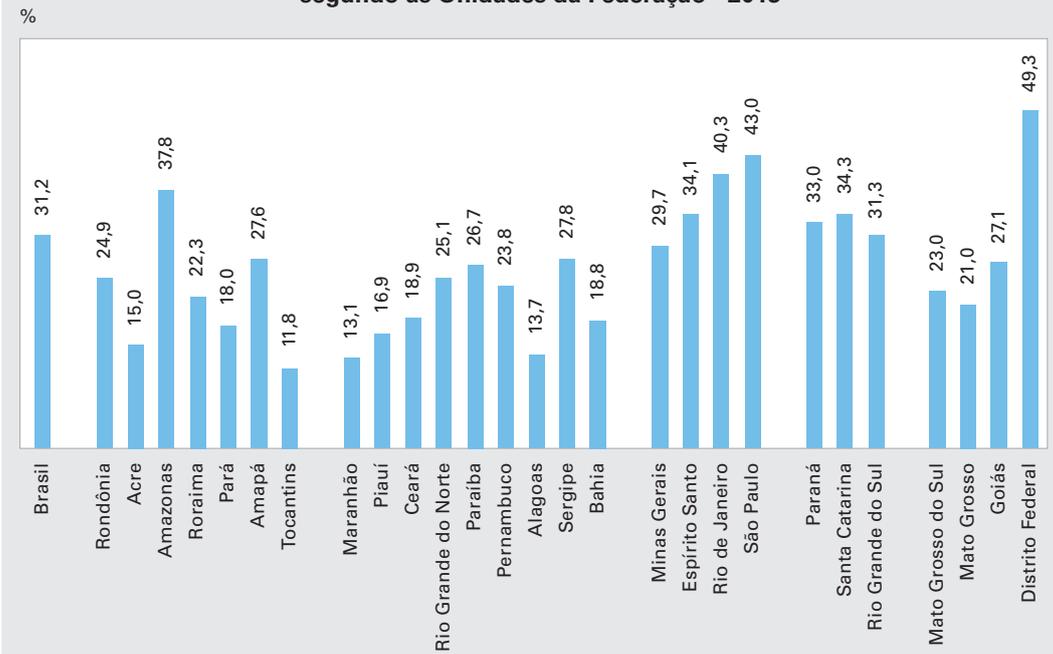
Tabela 5 - Distribuição dos domicílios particulares permanentes com televisão, por Grandes Regiões, segundo a recepção de sinal digital de televisão aberta, o acesso a televisão por assinatura e a recepção de sinal de televisão por antena parabólica - 2013

Recepção de sinal digital de televisão aberta, acesso a televisão por assinatura e recepção de sinal de televisão por antena parabólica	Distribuição dos domicílios particulares permanentes com televisão (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)(2)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Com recepção de sinal digital de televisão aberta	31,2	22,6	20,0	38,9	32,6	29,2
Sem recepção de sinal digital de televisão aberta (1)	64,1	73,7	75,2	56,1	62,8	65,9
Com televisão por assinatura e antena parabólica	2,4	2,6	1,7	2,3	3,1	3,1
Com televisão por assinatura e sem antena parabólica	7,5	4,8	3,6	10,5	7,4	6,6
Sem televisão por assinatura e com antena parabólica	25,5	31,9	39,4	15,9	26,0	27,2
Sem televisão por assinatura ou antena parabólica	28,5	34,3	30,5	27,2	26,2	28,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

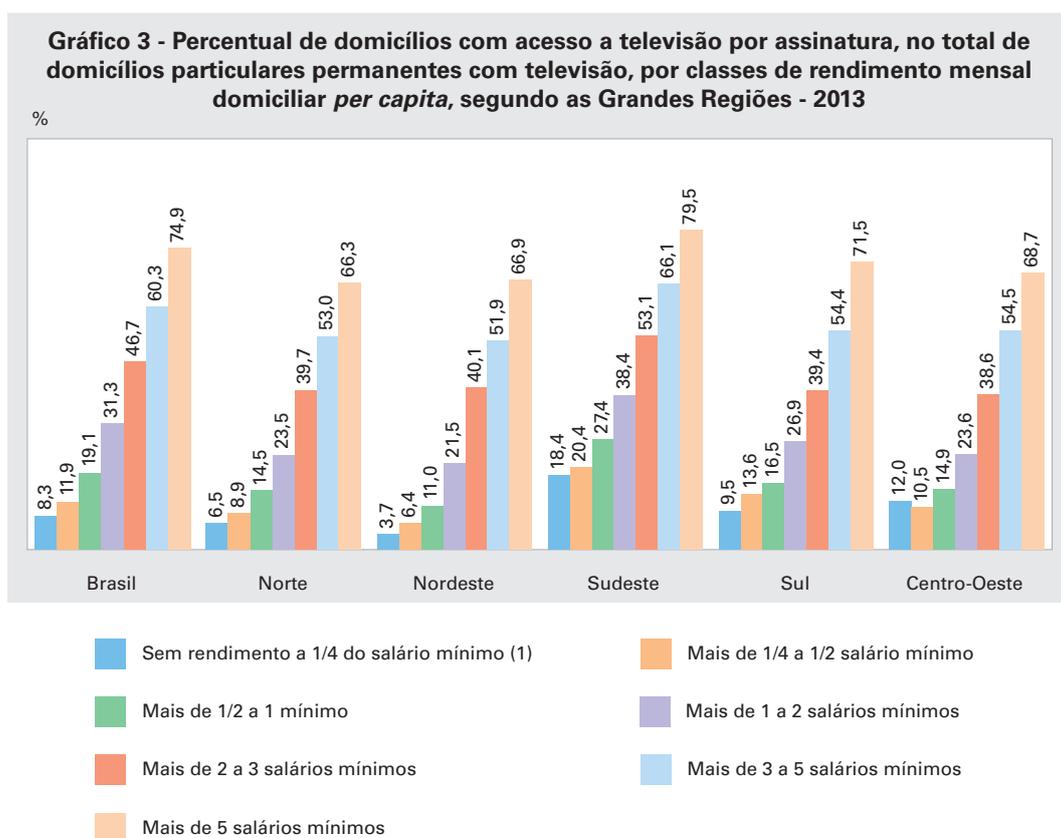
(1) Inclusive os domicílios em que não se sabia se havia recepção de sinal de televisão por antena parabólica. (2) Inclusive os domicílios em que não se sabia se havia recepção de sinal digital de televisão aberta.

Gráfico 2 - Percentual de domicílios com recepção de sinal digital de televisão aberta, no total de domicílios particulares permanentes com televisão, segundo as Unidades da Federação - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

A análise do acesso à televisão por assinatura, segundo o rendimento mensal domiciliar *per capita*, mostrou que esse serviço estava presente em 60,3% dos domicílios em que o rendimento era mais de 3 a 5 salários mínimos e em 74,9% daqueles cujo rendimento era maior que 5 salários mínimos. Os menores percentuais foram registrados nos domicílios classificados nas seguintes faixas: sem rendimento a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (8,3%), mais de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo (11,9%) e mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo (19,1%). Para qualquer classe de rendimento mensal domiciliar *per capita* considerada, a Região Sudeste apresentava o maior percentual desse serviço em relação às demais regiões.

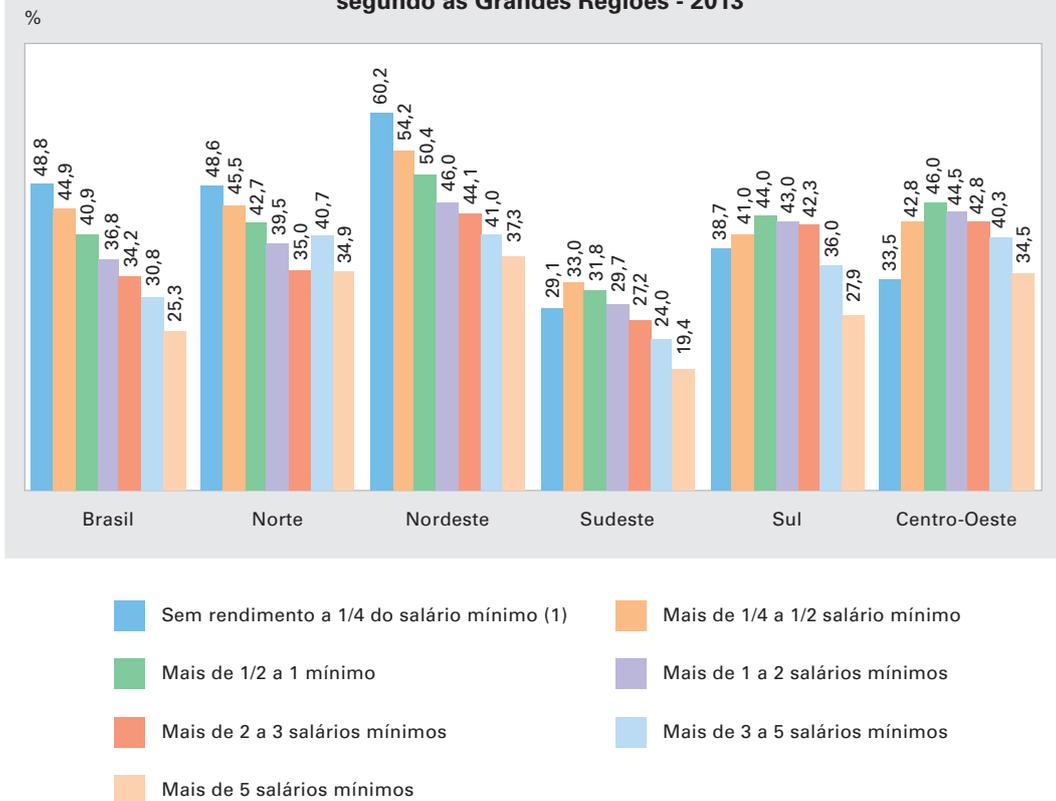


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios.

No caso da recepção do sinal de televisão por antena parabólica, as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* mais baixas eram as que apresentavam os maiores percentuais de domicílios: sem rendimento a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (48,8%), mais de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ salário mínimo (44,9%) e mais de $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo (40,9%). Por outro lado, nas classes de rendimento mais de 3 a 5 salários mínimos (30,8%) e mais de 5 salários mínimos (25,3%), menos de $\frac{1}{3}$ dos domicílios apresentava a recepção do sinal por antena parabólica. A Região Nordeste registrava o maior percentual de presença desse equipamento, qualquer que fosse a classe de rendimento mensal domiciliar *per capita* analisada.

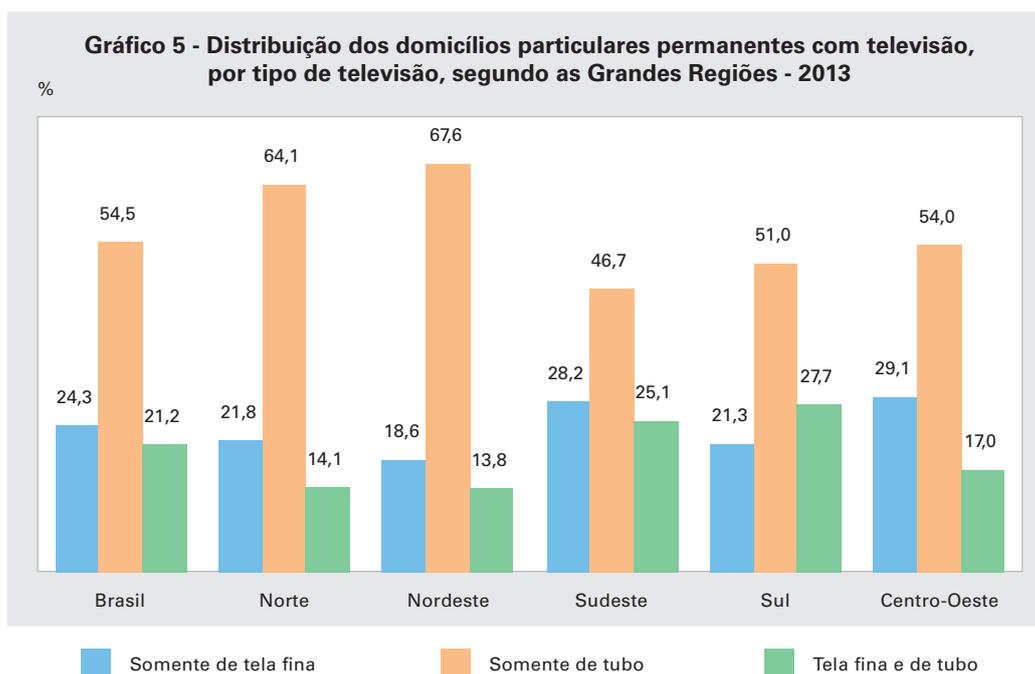
Gráfico 4 - Percentual de domicílios com recepção de sinal de televisão por antena parabólica, no total de domicílios particulares permanentes com televisão, por classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, segundo as Grandes Regiões - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

(1) Inclusive os domicílios cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Em 2013, dos 63,3 milhões de domicílios particulares permanentes com televisão, 24,3% (15,4 milhões) possuíam somente televisão de tela fina, 54,5% (34,5 milhões) registravam somente televisão de tubo e 21,2% (13,4 milhões), ambos os tipos. A Região Nordeste apresentava o maior percentual de domicílios com apenas aparelho de tubo (67,6%); a Região Centro-Oeste, a maior proporção de domicílios com somente aparelho de tela fina (29,1%); e a Região Sul, a maior proporção de domicílios com ambos os tipos (27,7%). Nos domicílios em que havia televisão de tela fina, em 72,4% dos casos, existia apenas um aparelho desse tipo e, em 27,6%, dois ou mais aparelhos. Percentuais semelhantes foram registrados com relação à televisão de tubo: em 73,2% dos casos, existia apenas um aparelho desse tipo no domicílio e, em 26,8%, dois ou mais aparelhos. Em 2013, o número total de aparelhos de televisão existente no País foi de 103,3 milhões, sendo 38,4% (39,7 milhões) de tela fina e 61,6% (63,7 milhões) de tubo.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

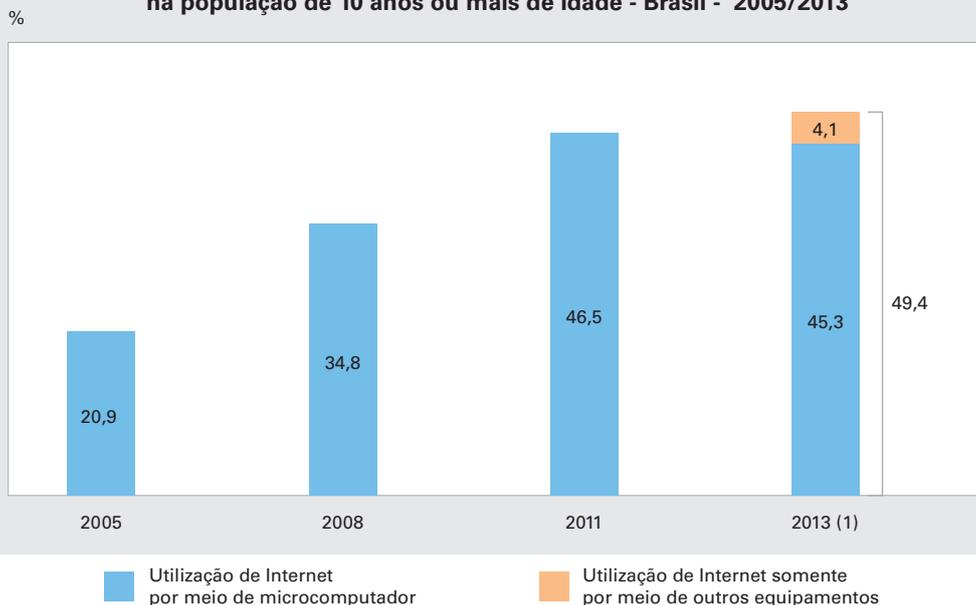
Utilização da Internet

Em 2013, com a ampliação da investigação da utilização da Internet por meio de diversos equipamentos (microcomputador, telefone móvel celular, *tablet* e outros), estimou-se em 85,6 milhões (49,4% da população) o contingente de pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizaram a Internet, pelo menos uma vez, no período de referência dos últimos três meses (últimos 90 dias que antecederam ao dia da entrevista). Se fosse mantido o mesmo escopo adotado nas investigações anteriores, nas quais se pesquisava a utilização da Internet por meio de microcomputador, esse percentual seria de 45,3% (78,3 milhões de pessoas).

O Gráfico 6, a seguir, mostra a evolução da utilização da Internet por meio de microcomputador no domicílio, em que se observa o crescimento da proporção de usuários até 2011, quando foi de 46,5% da população. Em 2013, contudo, registrou-se uma retração do percentual, para 45,3%, indicando o crescimento da importância de outros dispositivos na utilização da Internet. Considerando a utilização somente desses outros equipamentos, houve um acréscimo de 7,2 milhões no número de pessoas que utilizaram a Internet em 2013. Esse contingente representava 4,1% das pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Em 2013, as Regiões Sudeste (57,0%), Sul (53,5%) e Centro-Oeste (54,3%) permaneceram registrando os maiores percentuais de utilização da Internet, considerando-se todos os equipamentos. A Região Norte apresentou o maior acréscimo (8,7%) de pessoas de 10 anos ou mais de idade que utilizaram a Internet quando se incluiu o acesso também por meio de outros equipamentos.

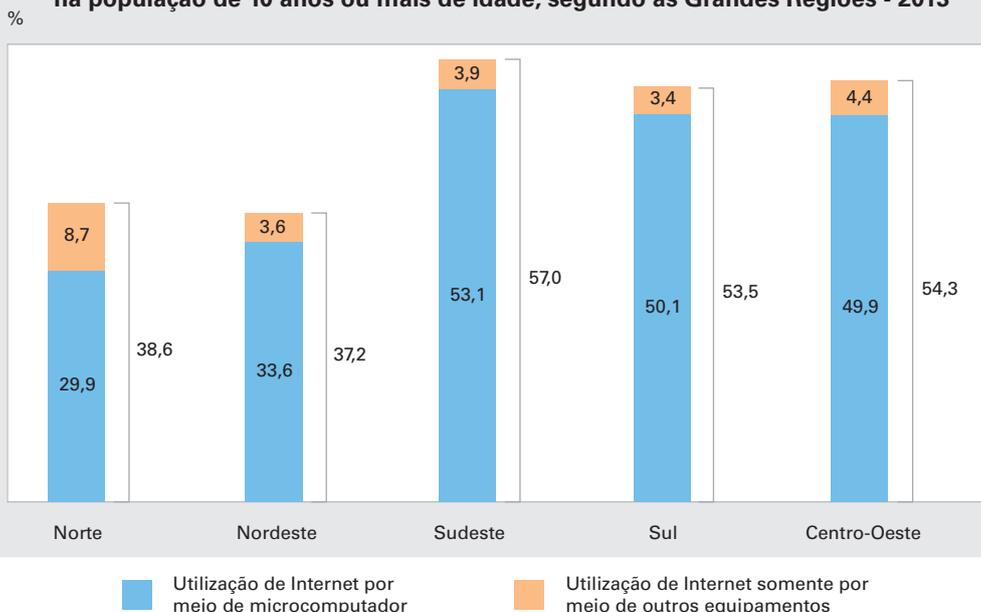
Gráfico 6 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet por meio de microcomputador e somente por outros equipamentos, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade - Brasil - 2005/2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2013.

(1) A investigação da utilização da Internet, que antes abrangia somente o microcomputador, passou a contemplar qualquer equipamento (microcomputador, telefone móvel celular, *tablet* ou outro).

Gráfico 7 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet por meio de microcomputador e somente por outros equipamentos, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões - 2013

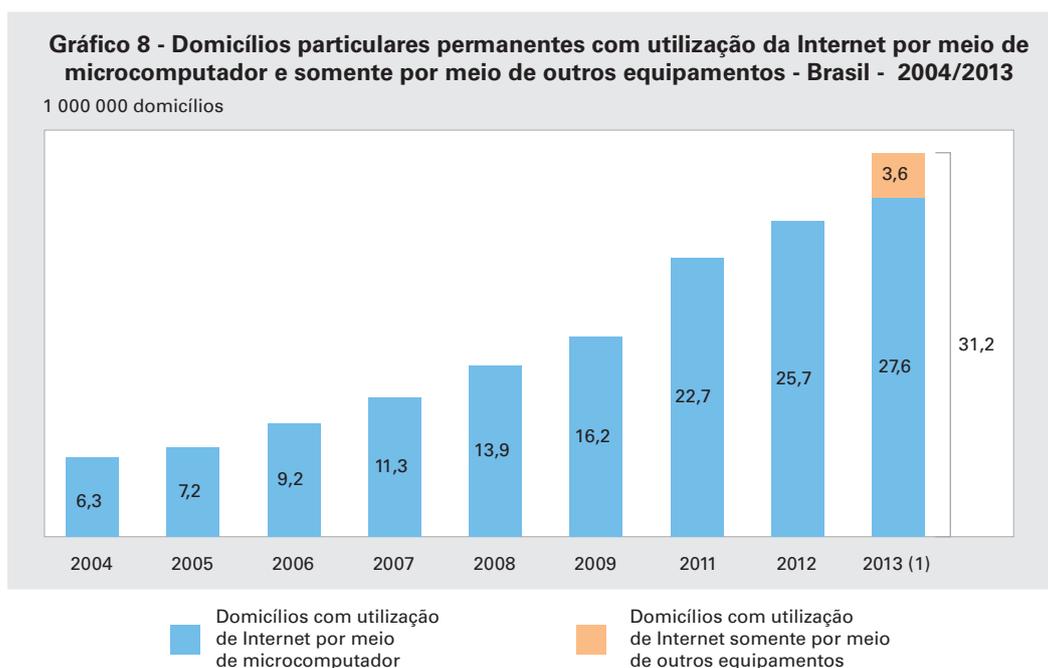


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: A investigação da utilização da Internet, que antes abrangia somente o microcomputador, passou a contemplar qualquer equipamento (microcomputador, telefone móvel celular, *tablet* ou outro).

Acesso à Internet no domicílio, por tipos de equipamentos e conexão

Em 2013, 31,2 milhões de domicílios tinham acesso à Internet, o que correspondia a 48,0% do total de domicílios particulares permanentes. A utilização da Internet por meio de microcomputador estava presente em 27,6 milhões de domicílios (88,4% daqueles com acesso à Internet). Nos demais 3,6 milhões de domicílios (11,6%), a utilização da Internet era realizada somente por meio de outros equipamentos.



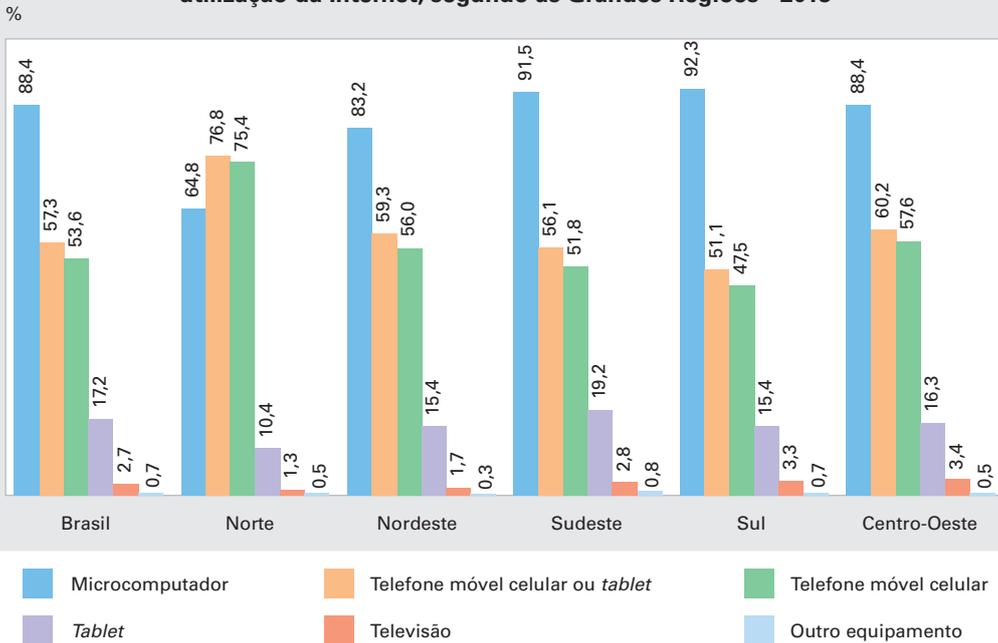
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004/2013.

(1) A investigação da utilização da Internet, que antes abrangia somente o microcomputador, passou a contemplar qualquer equipamento (microcomputador, telefone móvel celular, *tablet* ou outro).

Os percentuais de domicílios que utilizavam a Internet conforme o tipo de equipamento são os seguintes: telefone móvel celular ou *tablet* (57,3% ou 17,9 milhões), telefone móvel celular (53,6% ou 16,8 milhões), *tablet* (17,2% ou 5,4 milhões), televisão (2,7% ou 832 mil) e outros equipamentos (0,7% ou 210 mil). A Região Norte apresentou o maior percentual de domicílios que utilizavam o telefone móvel celular para acesso à Internet (75,4%), enquanto nas demais Grandes Regiões predominava o microcomputador. O uso do *tablet* era maior na Região Sudeste (19,2%), frente à média nacional de domicílios que usavam esse equipamento no acesso à Internet (17,2%).

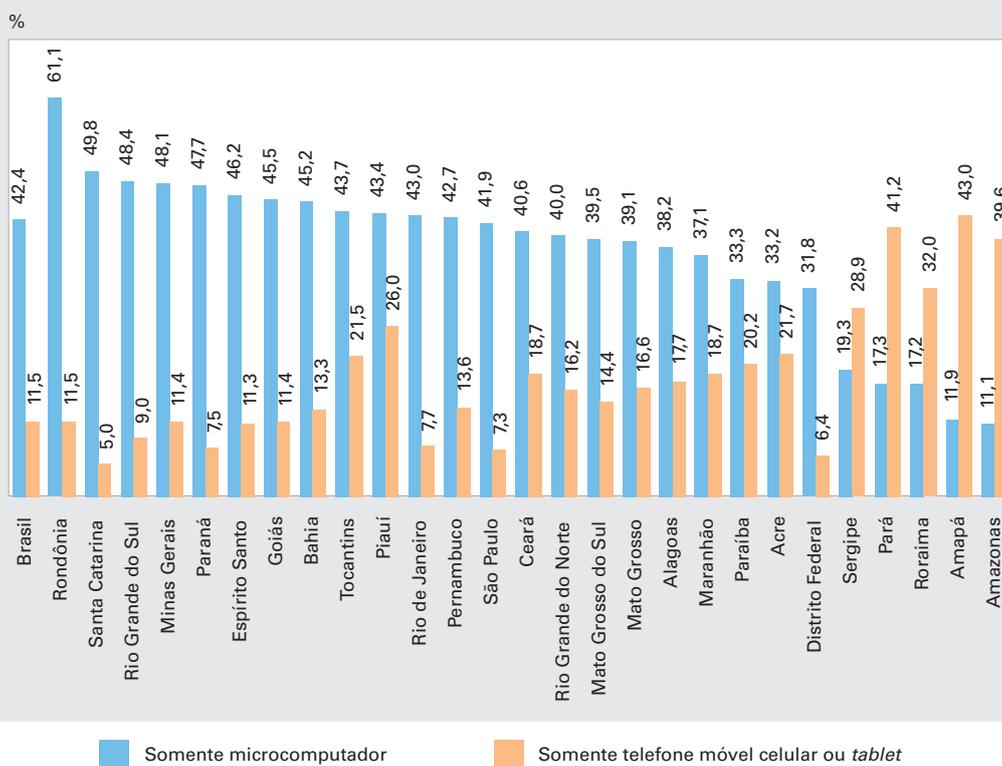
A utilização do microcomputador como único equipamento para acesso à Internet prevalece na maioria dos domicílios das Unidades da Federação. As exceções foram Sergipe (28,9%), Pará (41,2%), Roraima (32,0%), Amapá (43,0%) e Amazonas (39,6%), onde o acesso feito exclusivamente pelo telefone móvel celular ou *tablet* superou o do microcomputador. Rondônia apresentou o maior percentual de acesso exclusivo por meio de microcomputador (61,1%), enquanto Santa Catarina teve a menor proporção de acesso exclusivo por telefone móvel celular ou *tablet* (5,0%).

Gráfico 9 - Percentual de domicílios com utilização da Internet, por tipo de equipamento utilizado para acessar a Internet, no total de domicílios particulares permanentes com utilização da Internet, segundo as Grandes Regiões - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

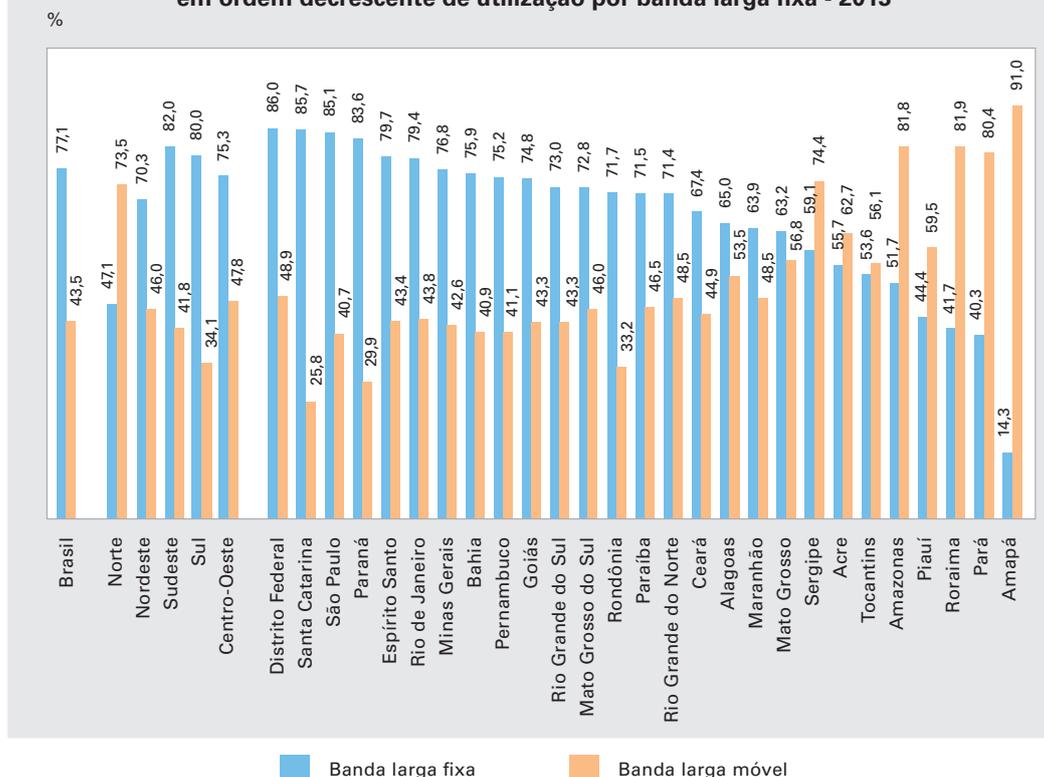
Gráfico 10 - Percentual de domicílios com utilização da Internet somente por meio de microcomputador e somente por meio de telefone móvel celular ou tablet, no total de domicílios particulares permanentes com utilização da Internet, segundo as Unidades da Federação, em ordem decrescente de utilização somente de microcomputador - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Dos 31,2 milhões de domicílios com utilização de Internet em 2013, 2,3% (725 mil) possuíam exclusivamente a conexão discada, e 97,7% (30,5 milhões), a conexão em banda larga. A conexão em banda larga fixa estava presente em 77,1% (24,1 milhões) dos domicílios, e a banda larga móvel, em 43,5% (13,6 milhões). Em 23,0% (7,2 milhões) dos domicílios, existiam as duas modalidades de conexão. Na Região Norte, a conexão por meio de banda larga móvel atingia 73,5% dos domicílios frente a 47,1% daqueles que se conectavam por banda larga fixa. Nas demais Grandes Regiões, a conexão pela rede fixa ultrapassava a móvel. Nos Estados do Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, a rede móvel era superior a 80%. No Distrito Federal e nos Estados de Santa Catarina, São Paulo e Paraná, a rede fixa atingia esse patamar.

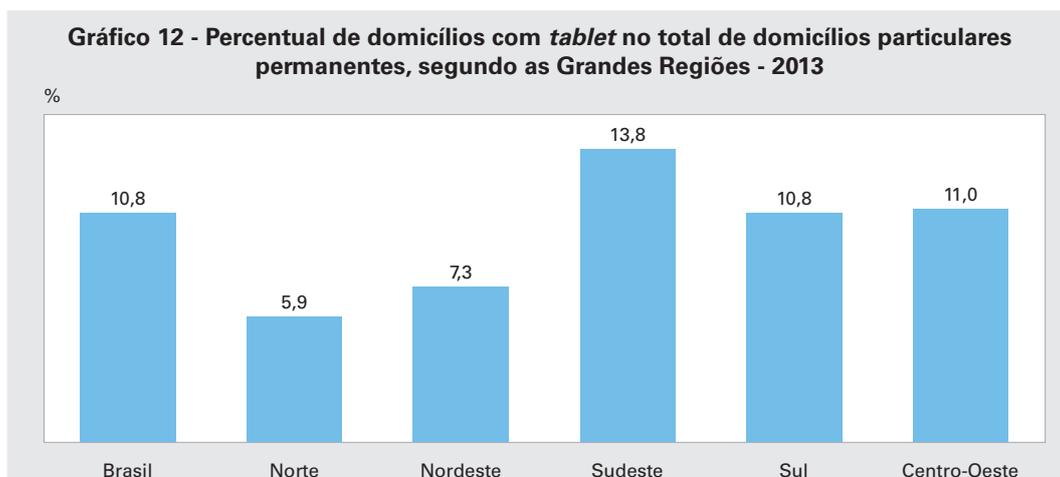
Gráfico 11 - Percentual de domicílios com utilização da Internet por banda larga fixa e por banda larga móvel, no total de domicílios particulares permanentes com utilização da Internet, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação, em ordem decrescente de utilização por banda larga fixa - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

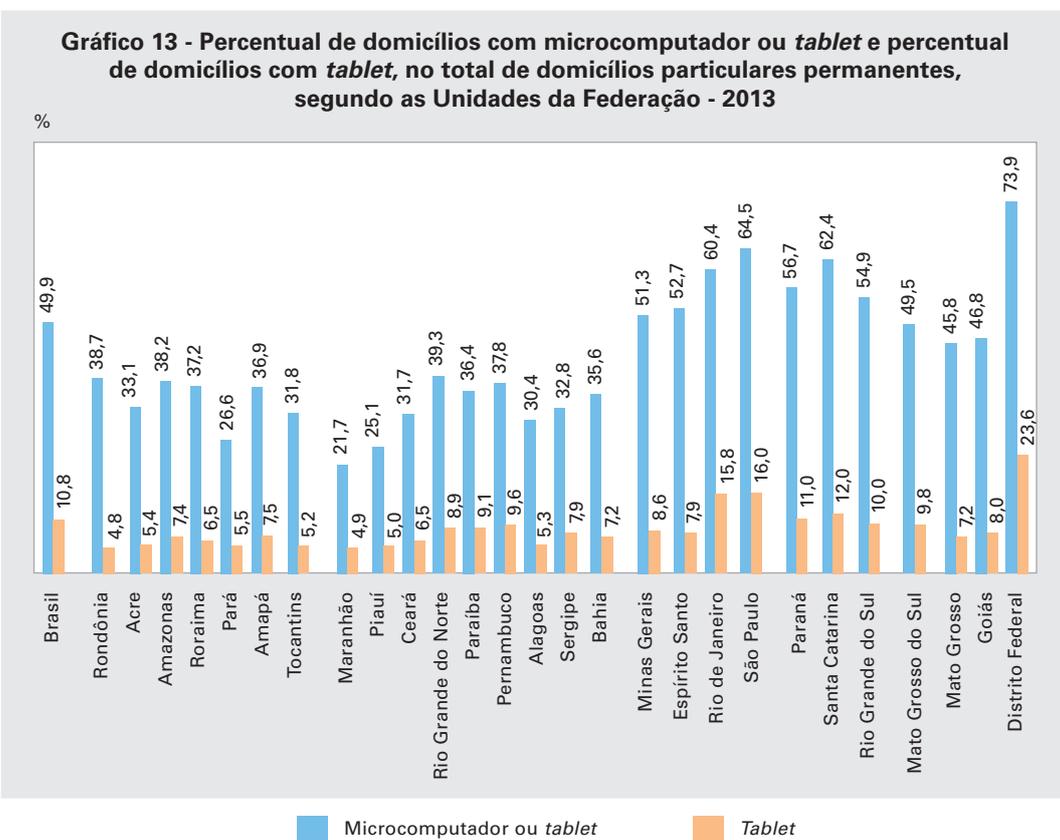
Existência de *tablet* no domicílio

Segundo os dados da PNAD 2013, havia *tablet* em 7,1 milhões (10,8%) dos 65,1 milhões de domicílios particulares permanentes do País. Dentre aqueles com *tablet*, mais da metade (3,9 milhões) estava na Região Sudeste, onde o percentual de domicílios com esse aparelho era de 13,8%, o mais alto registrado entre as Grandes Regiões. Na Região Norte, essa proporção era de 5,9% (278 mil).



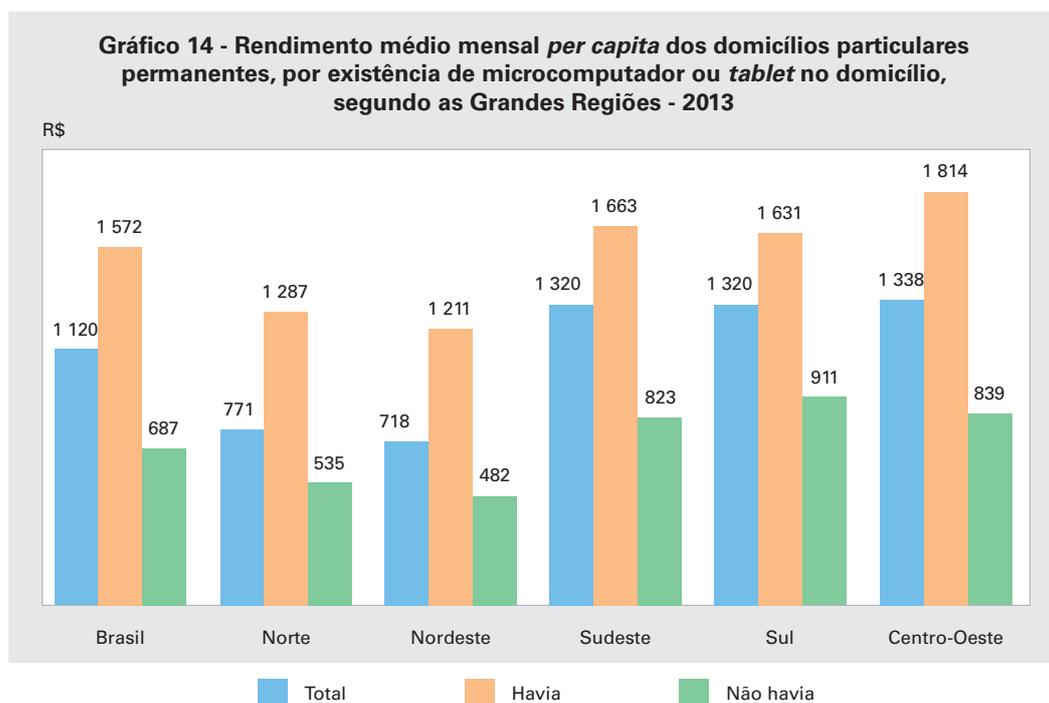
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Havia microcomputador ou *tablet* em 49,9% dos domicílios do País, em 2013. As Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste registraram proporções superiores a 50%, sendo a mais elevada a observada na Região Sudeste (59,9%). Se a investigação se restringisse à existência de *tablet*, as Unidades da Federação com os maiores percentuais de domicílios com esse tipo de aparelho seriam o Distrito Federal (23,6%) e os Estados de São Paulo (16,0%) e Rio de Janeiro (15,8%). Os Estados do Piauí (5,0%), Maranhão (4,9%) e Rondônia (4,8%) apresentavam os menores percentuais desse equipamento.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

O rendimento médio mensal *per capita* dos domicílios com microcomputador ou *tablet* era de R\$ 1 572. Esse rendimento médio era de R\$ 687 naqueles domicílios em que não havia tais aparelhos em 2013. Os domicílios das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentavam valores acima da média nacional. A Região Sul registrou a menor diferença de rendimento na comparação entre os domicílios em que havia ou não microcomputador ou *tablet*.

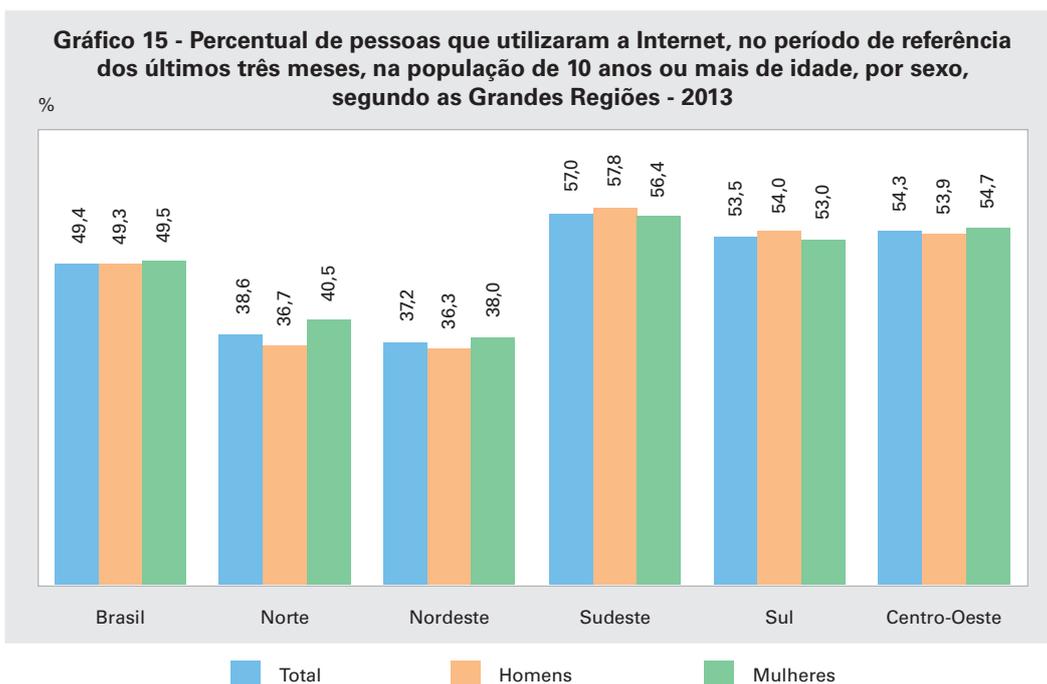


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

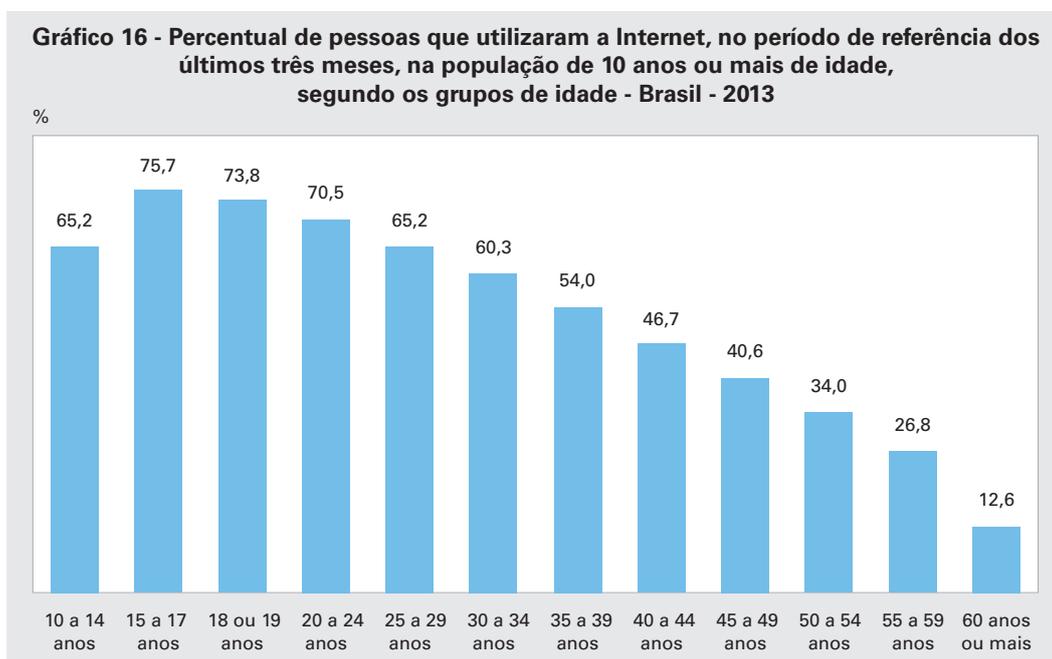
Utilização da Internet, segundo o sexo, os grupos de idade e os anos de estudo

A análise por sexo mostrou que, em 2013, no conjunto do País, não havia diferença significativa entre os percentuais de homens (49,3%) e de mulheres (49,5%) que utilizavam a Internet, contudo, nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, as proporções de mulheres eram maiores (40,5%, 38,0% e 54,7%, respectivamente) que as observadas entre os homens (36,7%, 36,3% e 53,9%, na mesma ordem). Por outro lado, na Região Sudeste, os homens registravam 57,8%, enquanto as mulheres, 56,4%; e na Região Sul, os percentuais eram de 54,0% entre os homens e de 53,0% entre as mulheres.

Observou-se, na análise por distribuição etária, que os grupos mais jovens registravam os maiores percentuais de utilização da Internet. O grupo formado por pessoas de 15 a 17 anos de idade alcançou a maior proporção, 75,7%, sendo 49,4% a média nacional em 2013. Em todos os grupos compreendidos na faixa de 10 a 39 anos de idade, o uso da Internet ultrapassava 50%. Os percentuais decresciam com o aumento da idade, sendo que a menor proporção foi observada entre as pessoas de 60 anos ou mais de idade (12,6%).

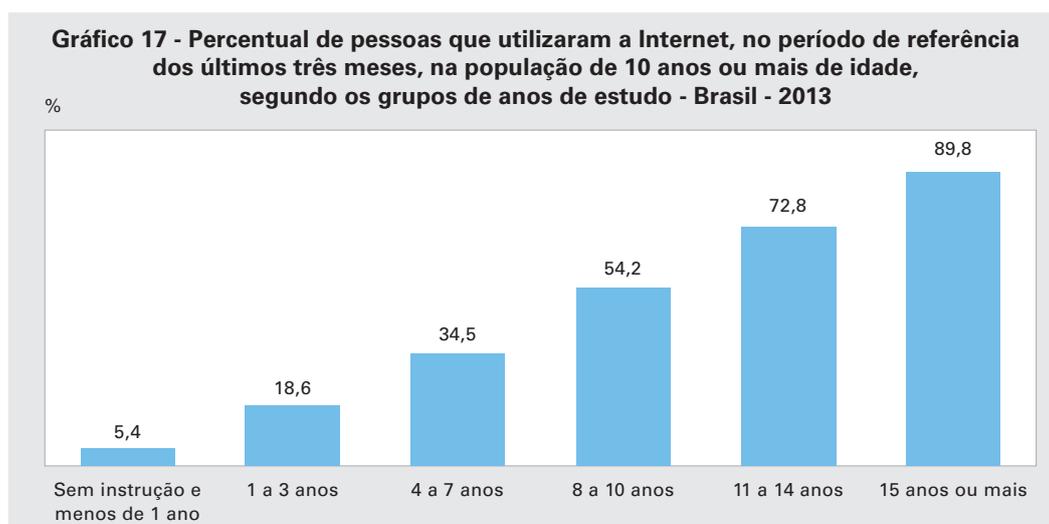


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

A utilização da Internet mostrou relação direta com os anos de estudo, indicando proporções crescentes entre os mais escolarizados. Para as pessoas com até 7 anos de estudo, o percentual era inferior ao total nacional (49,4%), enquanto para aquelas com 8 anos ou mais de estudo a proporção era maior. O maior percentual foi observado na população com 15 anos ou mais de estudo (89,8%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Em 2013, dos 85,6 milhões de usuários da Internet, 32,4% (27,8 milhões) eram estudantes, enquanto 67,6% (57,8 milhões) eram não estudantes. Ao analisar a rede de ensino frequentada, observou-se que, dos 37,1 milhões de estudantes no País, 75,6% (28,0 milhões) eram da rede pública, e desses, 68,0% (19,1 milhões) utilizavam a Internet. Na rede privada, encontravam-se 9,0 milhões de estudantes, dentre os quais 96,3% (8,7 milhões) utilizavam a Internet.

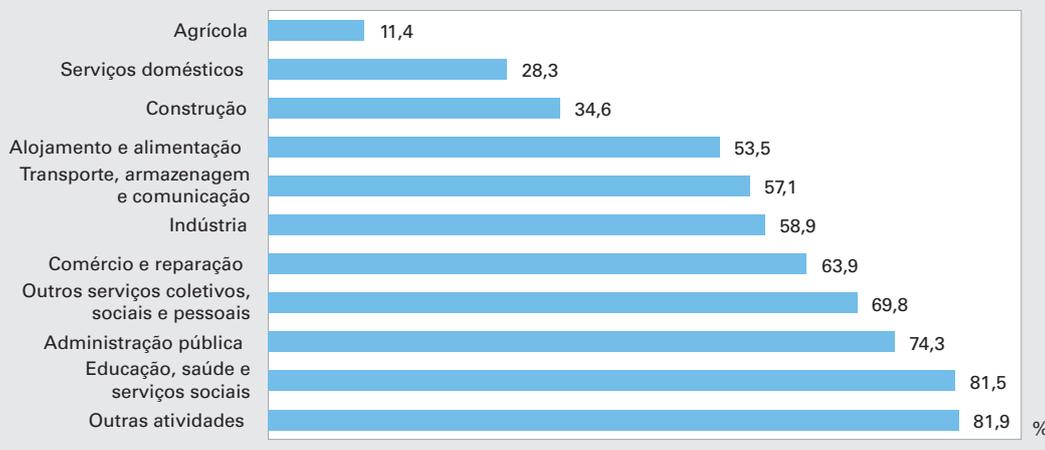
Utilização da Internet, segundo a situação de ocupação e os grupamentos ocupacionais e de atividade

Em 2013, mais da metade (53,8%) das pessoas ocupadas utilizava a Internet, enquanto entre as não ocupadas a proporção chegou a 43,9%. Segundo os grupamentos ocupacionais, os profissionais das ciências e das artes apresentaram o maior percentual de pessoas que utilizavam a Internet (91,3%), seguidos pelos grupamentos dos membros das forças armadas e auxiliares (88,9%), dos trabalhadores dos serviços administrativos (85,5%), dos dirigentes em geral (83,5%) e dos técnicos de nível médio (82,1%).

Em relação aos grupamentos de atividade, as pessoas ocupadas em *Outras atividades*⁹ (81,9%) e em *Educação, saúde e serviços sociais* (81,5%) apresentavam as maiores proporções, enquanto nas atividades *Agrícola* (11,4%), *Serviços domésticos* (28,3%) e *Construção* (34,6%) menos da metade das pessoas ocupadas utilizavam a Internet em 2013.

⁹ Inclui as seguintes atividades: *Intermediação financeira, exclusive de seguros e previdência privada; Seguros e previdência privada; Atividades auxiliares da intermediação financeira; Atividades imobiliárias; Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos; Atividades de informática e conexas; Pesquisa e desenvolvimento; Serviços prestados principalmente às empresas; e Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.*

Gráfico 18 - Percentual das pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2013

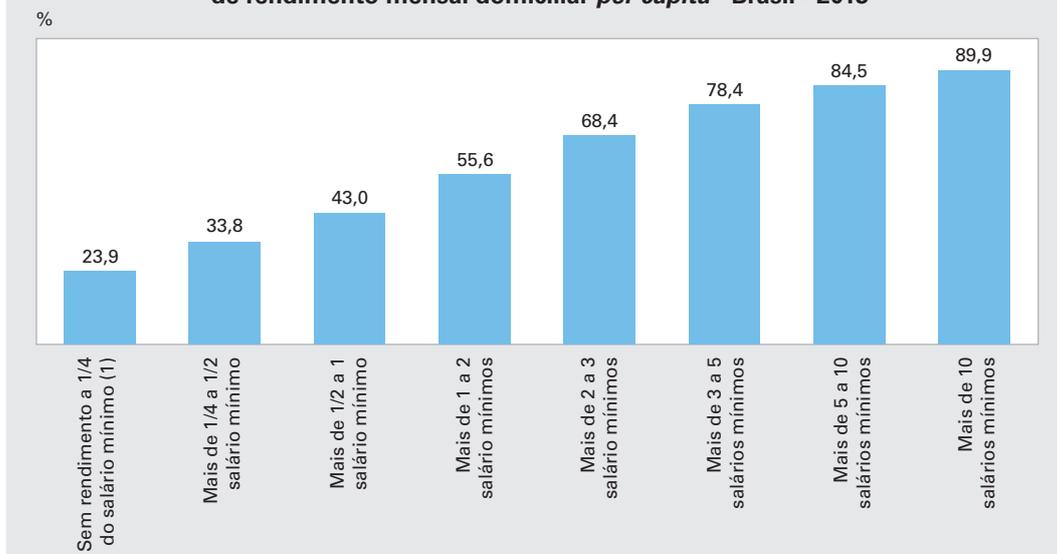


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Utilização da Internet, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*

A proporção de pessoas que utilizavam Internet foi crescente conforme aumentava a classe de rendimento mensal domiciliar *per capita*. Em 2013, o maior percentual (89,9%) foi observado na classe de mais de 10 salários mínimos, enquanto o menor (23,9%), na classe sem rendimento a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

Gráfico 19 - Percentual de pessoas que utilizaram a Internet, no período de referência dos últimos três meses, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - Brasil - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Excluiu-se as pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

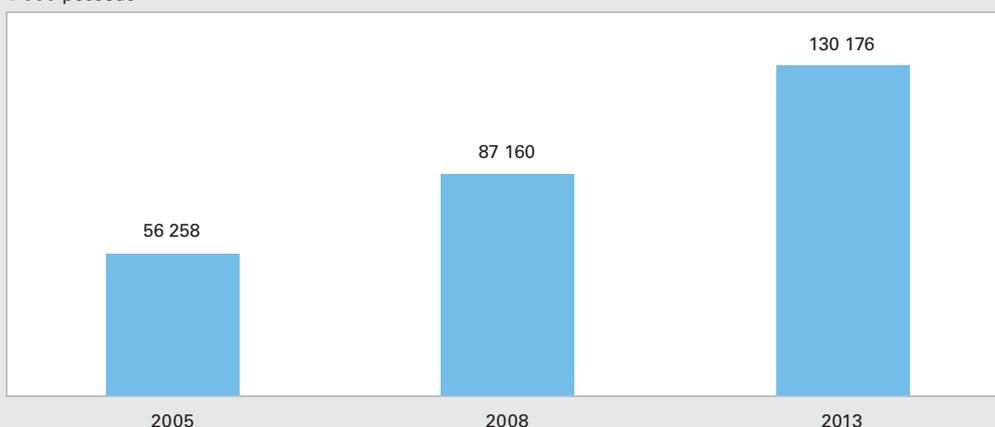
(1) Inclusive as pessoas moradoras em unidades domiciliares cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal

As estimativas da PNAD 2013 mostram que o contingente de pessoas de 10 anos ou mais de idade que tinham telefone móvel celular para uso pessoal era de 130,2 milhões, o que correspondia a 75,2% da população do País nessa faixa de idade. Em relação a 2005, esse contingente aumentou 131,4% (73,9 milhões de pessoas), enquanto em relação a 2008 o aumento foi de 49,4% (43,0 milhões de pessoas).

Gráfico 20 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade que tinham telefone móvel celular para uso pessoal - Brasil - 2005/2013

1 000 pessoas

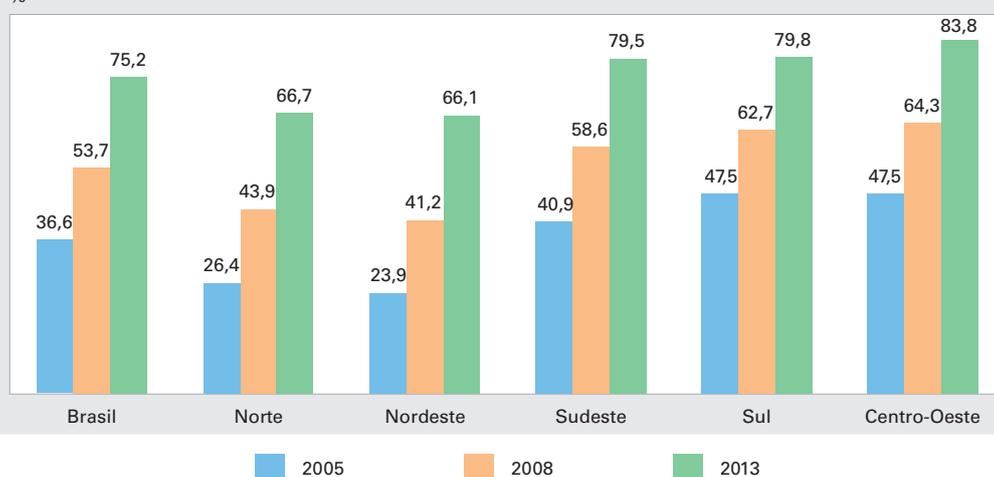


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2013.

O Gráfico 21 mostra que o valor estimado para 2013 foi 38,6 pontos percentuais maior que o estimado para 2005 e 21,5 pontos percentuais maior que o estimado para 2008. A Região Centro-Oeste apresentou a maior proporção de pessoas com telefone celular (83,8%), seguida pelas Regiões Sul (79,8%) e Sudeste (79,5%). Apesar de possuírem as menores proporções de pessoas com esse tipo de equipamento no total da população, as Regiões Norte e Nordeste registraram os maiores crescimentos desse contingente entre 2008 e 2013 (22,8 e 24,9 pontos percentuais, respectivamente).

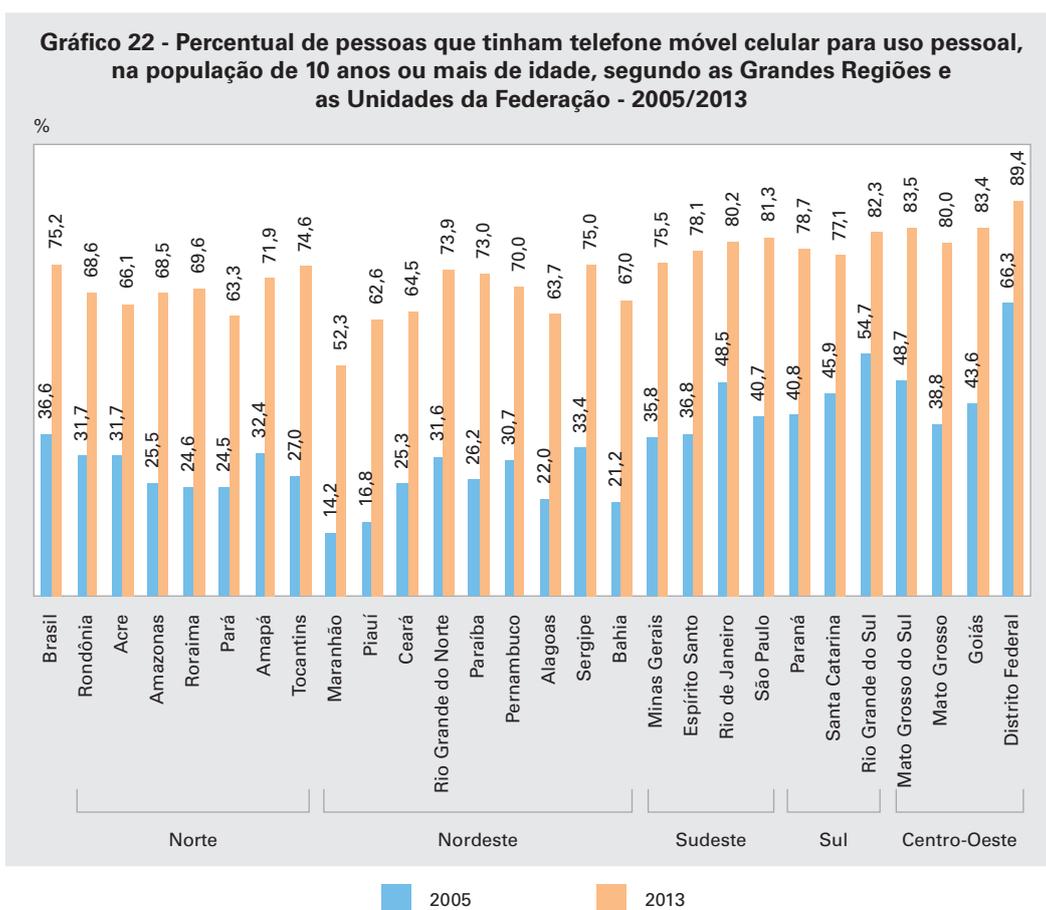
Gráfico 21 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo as Grandes Regiões - 2005/2013

%



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2013.

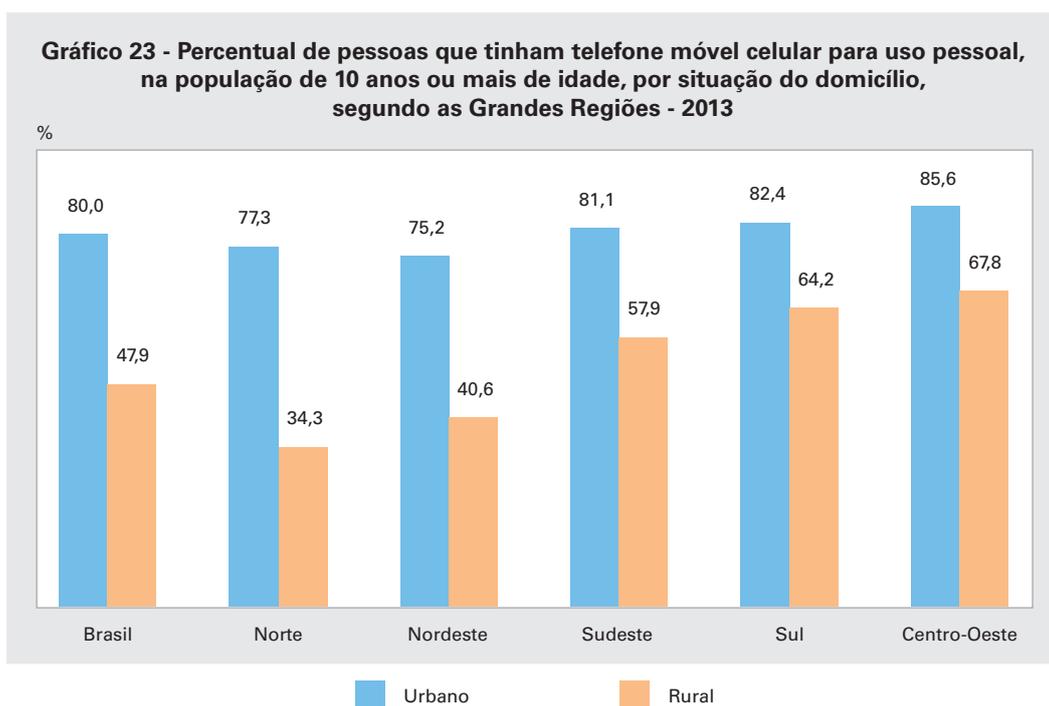
A Unidade da Federação com o maior percentual de pessoas com telefone celular era, em 2013, o Distrito Federal (89,4%), seguido por Mato Grosso do Sul (83,5%) e Goiás (83,4%), todos na Região Centro-Oeste. Por outro lado, os menores percentuais encontravam-se no Maranhão (52,3%) e no Piauí (62,6%). As Unidades da Federação em que houve maior aumento da posse desse equipamento, entre 2005 e 2013, foram Tocantins (47,6 pontos percentuais), Paraíba (46,8 pontos percentuais), Bahia (45,8 pontos percentuais), Piauí (45,8 pontos percentuais) e Roraima (45,0 pontos percentuais).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2013.

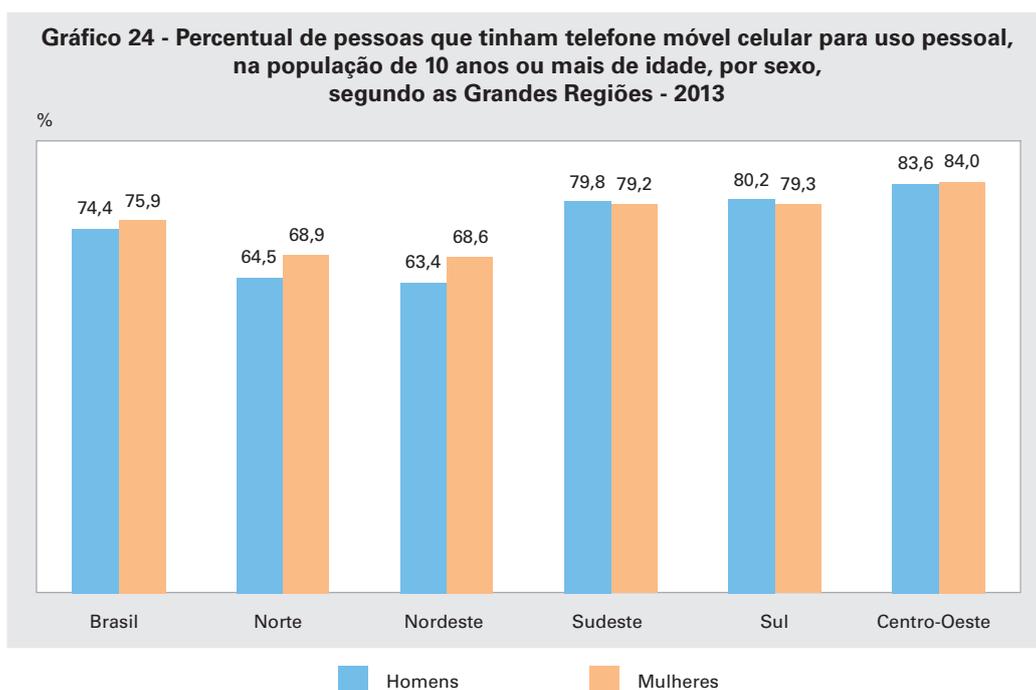
Posse de telefone móvel celular para uso pessoal, segundo a situação do domicílio, o sexo e os grupos de idade

Em 2013, o percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal na população de 10 anos ou mais de idade era de 80,0% na área urbana e 47,9% na área rural. Em termos regionais, a Região Centro-Oeste apresentava os maiores percentuais desse equipamento, tanto na área urbana (85,6%) quanto na área rural (67,8%). A diferença de acesso, segundo a situação do domicílio, era mais acentuada na Região Norte, onde 77,3% das pessoas da área urbana e 34,3% das pessoas da área rural o possuíam.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

A posse de telefone celular pelas mulheres (75,9%) era ligeiramente maior que entre os homens (74,4%) em 2013. Na análise segundo as Grandes Regiões, apenas nas Regiões Sudeste (79,8%) e Sul (80,2%), a proporção de homens com telefone celular era maior que a de mulheres.

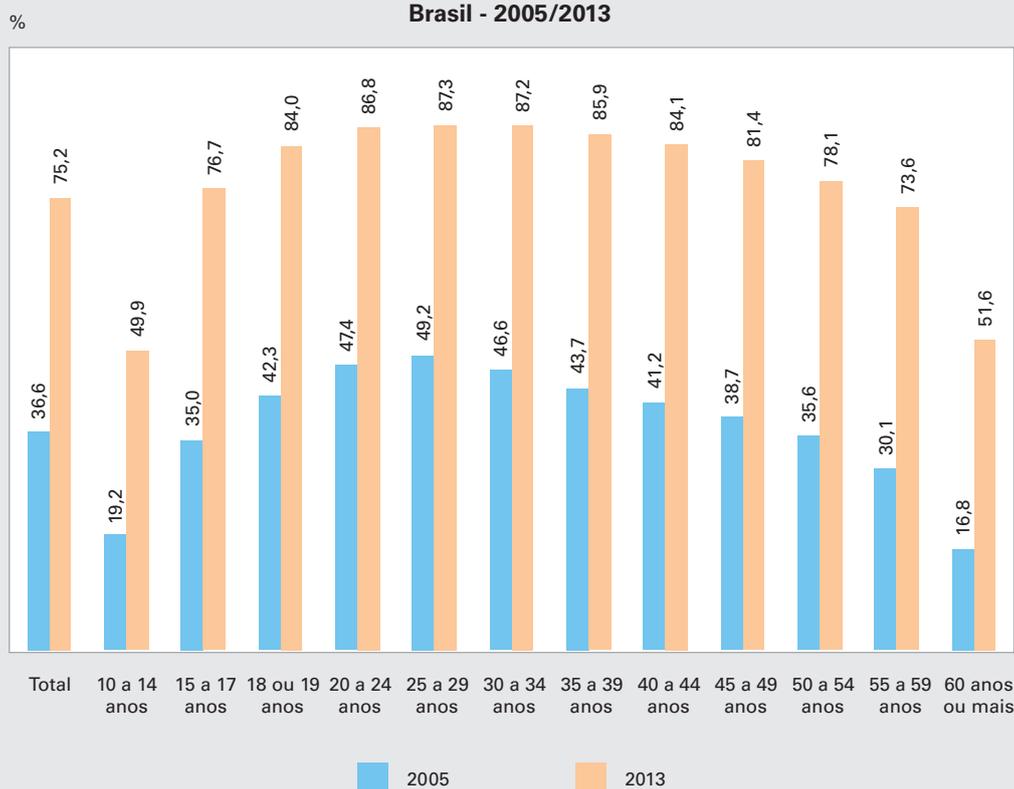


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

A análise da posse de telefone celular, conforme os grupos de idade, mostrou que houve aumento do percentual de pessoas com esse equipamento em todos os grupos, entre 2005 e 2013. O grupo de idade que apresentou o maior aumento no período considerado foi o das pessoas de 55 a 59 anos (43,5 pontos percentuais), que passou de menos de $\frac{1}{3}$ para quase $\frac{3}{4}$ do total dessa faixa etária.

Em 2013, a posse de telefone celular estava acima de 80% para as pessoas de 18 a 49 anos de idade, destacando-se o grupo de 25 a 29 anos, com 87,3% de acesso. Os menores percentuais continuavam sendo registrados entre os mais jovens, na faixa de 10 a 14 anos (49,9%), e entre as pessoas de 60 anos ou mais de idade (51,6%). Cabe ressaltar que, em 2005, as pessoas com 60 anos ou mais de idade apresentavam uma proporção menor que a verificada no grupo de 10 a 14 anos de idade.

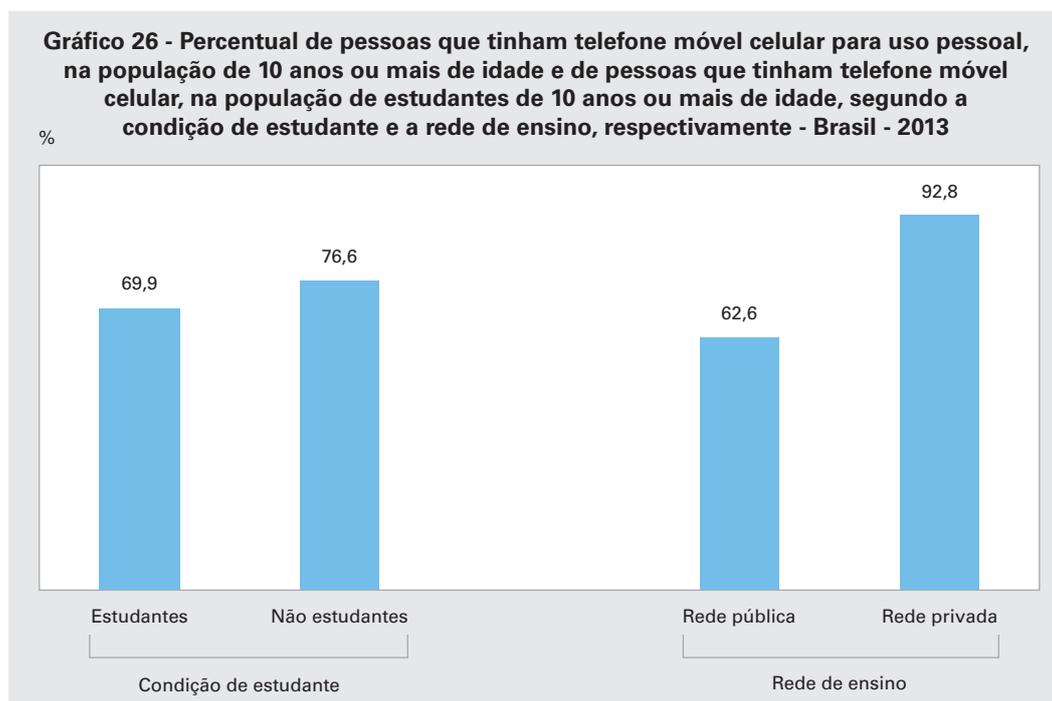
Gráfico 25 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo os grupos de idade Brasil - 2005/2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2013.

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal, segundo a condição de estudante, a rede de ensino frequentada e os anos de estudo

A posse de telefone móvel celular para uso pessoal difere conforme a condição de estudante, o que pode estar relacionado às diferenças encontradas na análise por grupos de idade. Em 2013, o percentual de pessoas com telefone celular era maior entre os não estudantes (76,6%), do que entre os estudantes (69,9%). Como visto anteriormente, a posse desse equipamento era menor entre aqueles com idade de 10 a 14 anos, que é um dos grupos etários em que se espera a maior presença de estudantes.



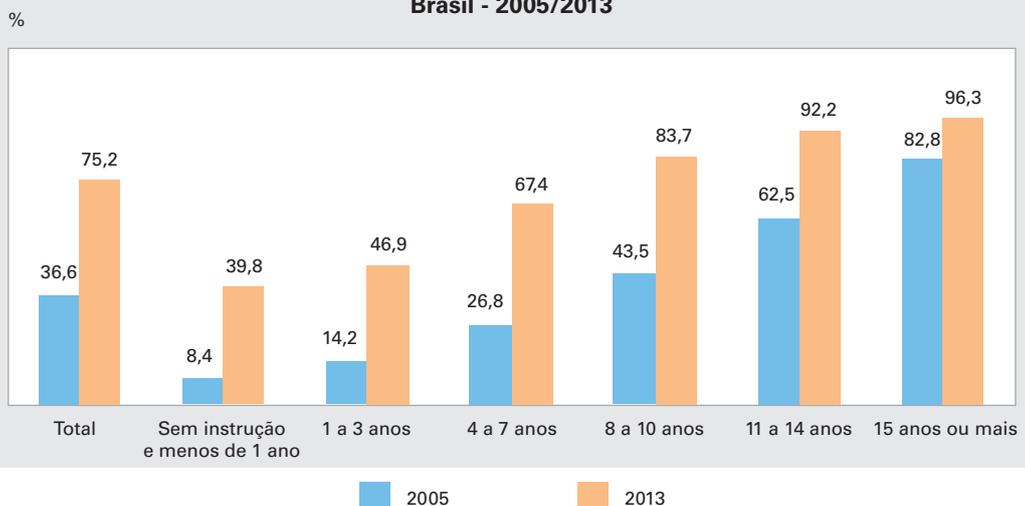
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Quando se analisam apenas os estudantes, observa-se que a posse de telefone celular variava segundo a rede de ensino frequentada: enquanto, na rede privada, o percentual era de 92,8%, na rede pública, esta proporção era de 62,6% em 2013. Como a maioria dos estudantes frequentava a rede pública de ensino (76,9%), o percentual de pessoas que tinham telefone celular entre os estudantes com 10 anos ou mais de idade era mais próximo do encontrado para os estudantes da rede pública.

A proporção de pessoas com telefone celular, segundo os anos de estudo, aumentou em todos os grupos, de 2005 para 2013. Essa proporção, entre as pessoas sem instrução e com menos de 1 ano de estudo, passou de 8,4%, em 2005, para 39,8%, em 2013. Os maiores crescimentos no período ocorreram entre aqueles com 4 a 7 anos de estudo (40,6 pontos percentuais) e com 8 a 10 anos de estudo (40,2 pontos percentuais).

A tendência de crescimento da posse de telefone celular à medida que aumenta a escolaridade ainda ocorreu em 2013. O percentual de pessoas com esse equipamento na faixa de 11 a 14 anos de estudo era de 92,2%, alcançando 96,3% entre aquelas com 15 anos ou mais de estudo.

Gráfico 27 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo os grupos de anos de estudo Brasil - 2005/2013

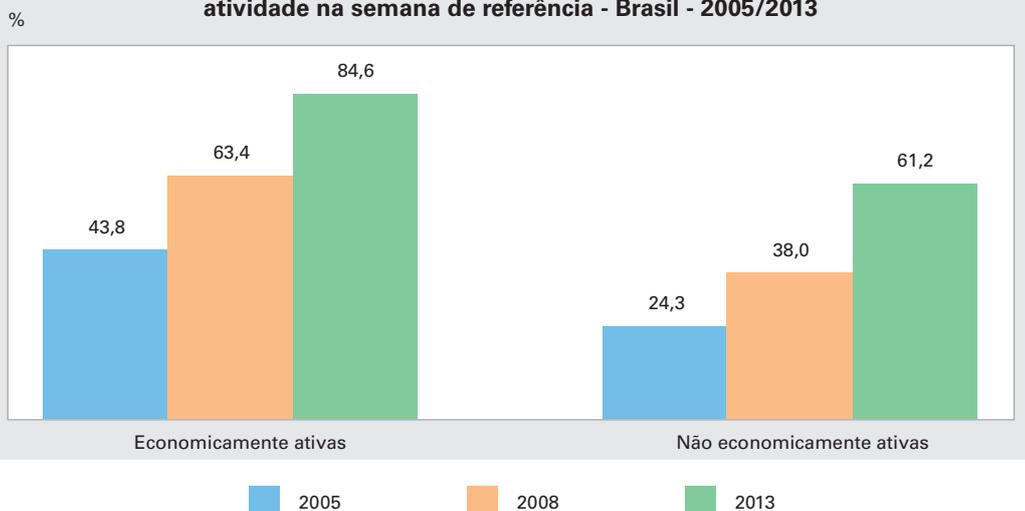


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2013.

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal, segundo a condição de atividade, a situação de ocupação e os grupamentos ocupacionais e de atividade

Tanto para o conjunto de pessoas economicamente ativas quanto para aquelas não economicamente ativas, o percentual das que possuíam telefone móvel celular para uso pessoal aumentou de 2005 a 2013. Entre as pessoas economicamente ativas, passou de 43,8%, em 2005, para 63,4%, em 2008, alcançando 84,6% em 2013. Entre as pessoas não economicamente ativas, o percentual era de 24,3%, em 2005, passando para 38,0%, em 2008, e 61,2% em 2013.

Gráfico 28 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo a condição de atividade na semana de referência - Brasil - 2005/2013

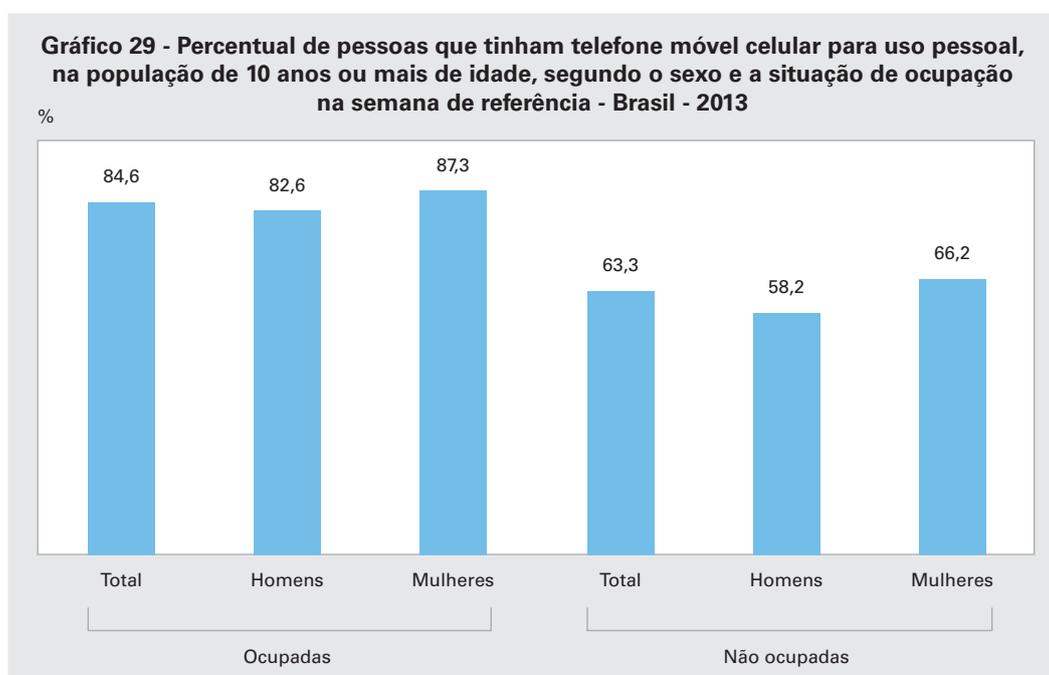


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2005/2013.

A posse de telefone celular continuava maior entre as pessoas economicamente ativas, o que pode estar relacionado à posse desse equipamento por grupos de idade, uma vez que os mais jovens e os mais idosos tendem a pertencer ao contingente de pessoas não economicamente ativas e foram, também, os de menor acesso ao celular em 2013.

O percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas, que tinham telefone celular, era de 84,6% entre as ocupadas em 2013, o que correspondia a 81,8 milhões de pessoas. Entre as não ocupadas, esse percentual era de 63,3%, ou 48,4 milhões de pessoas.

A posse de telefone celular, em 2013, era maior para as mulheres ocupadas (87,3%), em comparação com os homens ocupados (82,6%). O mesmo ocorria entre as pessoas não ocupadas, porém com intensidade maior (8,0 pontos percentuais de diferença entre mulheres e homens). A proporção de mulheres com telefone celular era maior que a dos homens, independentemente da condição de ocupação.

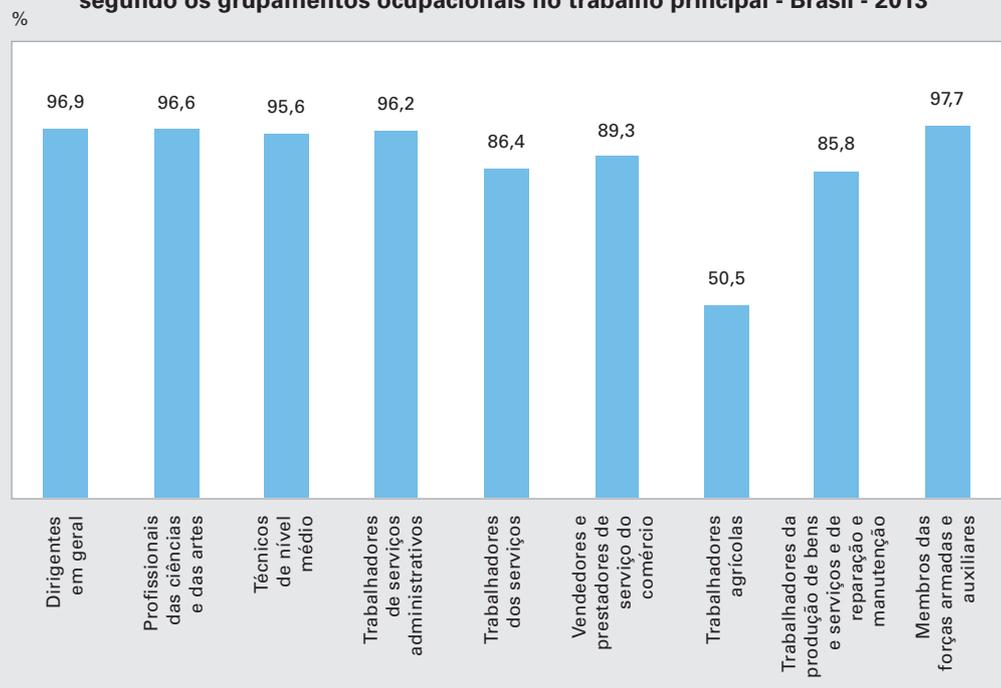


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

O percentual de pessoas ocupadas com telefone celular na população de 10 anos ou mais de idade, conforme o grupamento ocupacional, era menor que 90,0% apenas para os vendedores e prestadores de serviço do comércio (89,3%), os trabalhadores dos serviços (86,4%), os trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção (85,8%) e os trabalhadores agrícolas (50,5%). Os membros das forças armadas e auxiliares apresentaram o maior percentual (97,7%), em 2013.

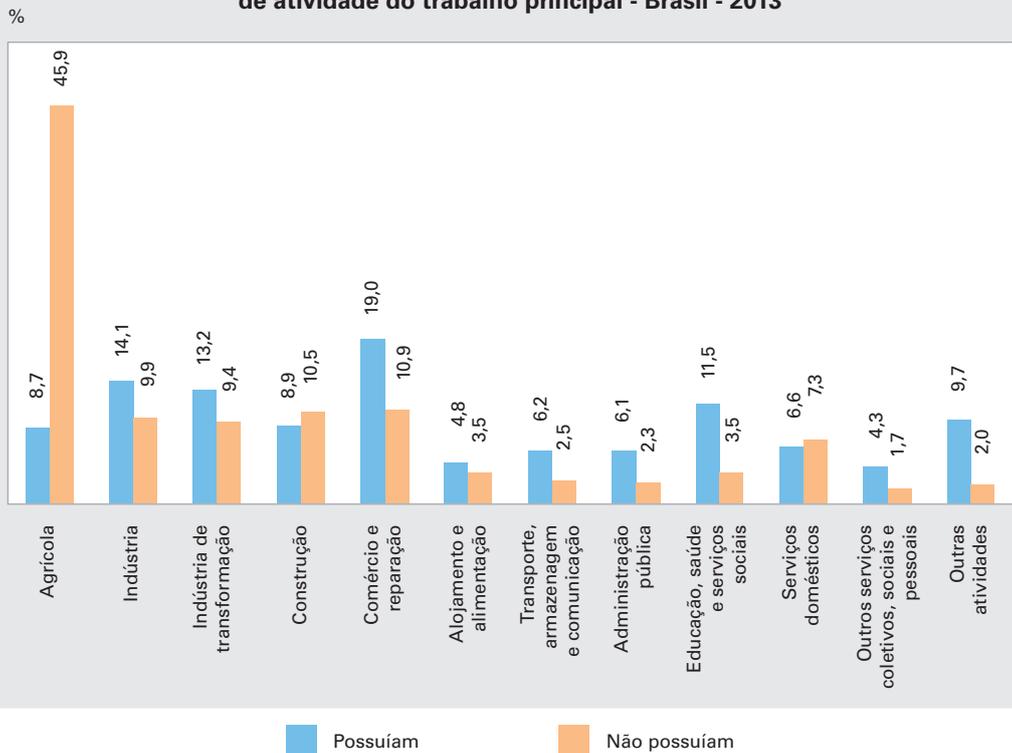
Considerando-se as pessoas ocupadas que possuíam telefone celular em 2013, observa-se a seguinte distribuição por grupamentos: *Comércio e reparação* (19,0%); *Indústria* (14,1%); *Indústria de transformação* (13,2%); e *Educação, saúde e serviços sociais* (11,5%). Por outro lado, das pessoas ocupadas que não possuíam telefone celular, 45,9% estavam no grupamento *Agrícola*, seguido por: *Comércio e reparação* (10,9%); *Construção* (10,5%); *Indústria* (9,9%); e *Indústria de transformação* (9,4%).

Gráfico 30 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, segundo os grupamentos ocupacionais no trabalho principal - Brasil - 2013



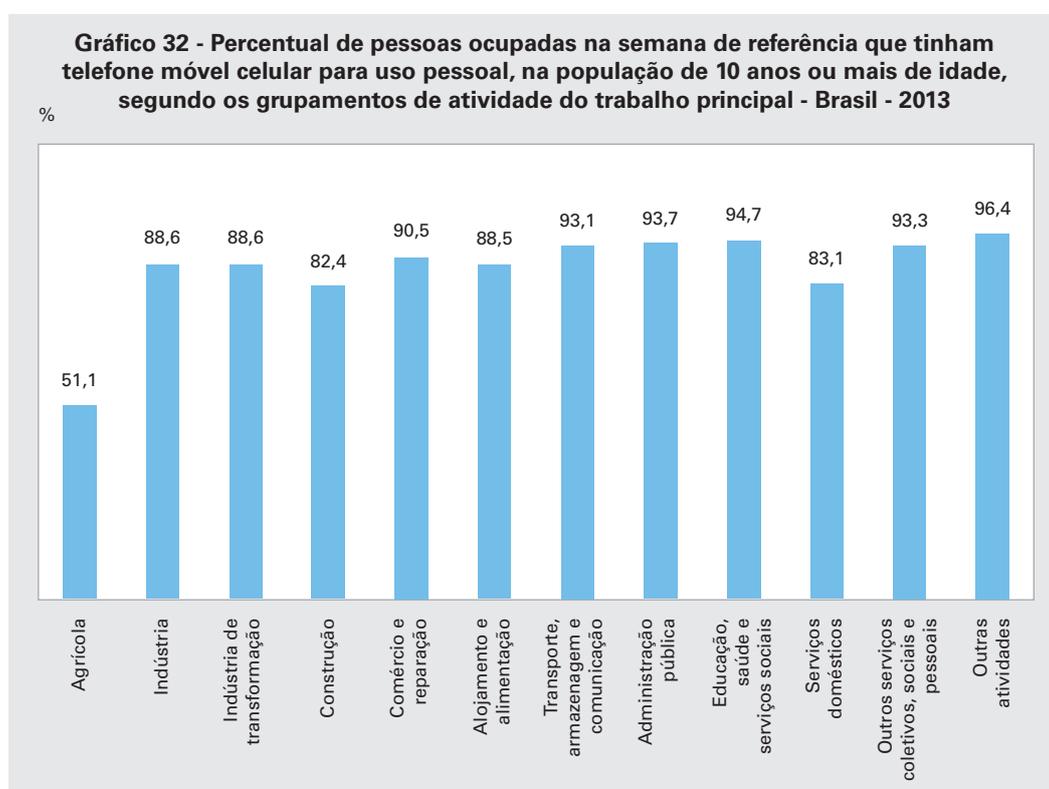
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Gráfico 31 - Distribuição das pessoas ocupadas na semana de referência, por posse de telefone móvel celular para uso pessoal, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Em 2013, em quase todos os grupamentos de atividade, a posse de telefone celular estava acima de 80%, com destaque para os seguintes: *Educação, saúde e serviços sociais* (94,7%); *Administração pública* (93,7%); e *Outros serviços coletivos, sociais e pessoais* (93,3%). A exceção era o grupamento *Agrícola*, em que 51,1% das pessoas ocupadas possuíam esse equipamento. Ainda que *Construção* (82,4%) e *Serviços domésticos* (83,1%) estivessem entre os que apresentaram os menores contingentes de pessoas ocupadas com telefone celular, ambos superavam a proporção observada no grupamento *Agrícola* em mais de 30 pontos percentuais. Como visto anteriormente, em 2013, a posse desse equipamento na área rural era inferior à observada na área urbana.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Posse de telefone móvel celular para uso pessoal, segundo a posição na ocupação, a categoria do emprego e as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*

A posse de telefone móvel celular para uso pessoal se diferencia conforme a posição na ocupação e a categoria do emprego das pessoas ocupadas. Enquanto 95,1% dos empregadores e 94,5% dos militares e funcionários públicos estatutários tinham telefone celular em 2013, 78,8% dos trabalhadores por conta própria e 54,3% dos trabalhadores não remunerados possuíam esse equipamento no mesmo período. Considerando os empregados e trabalhadores domésticos com telefone celular, a diferença entre aqueles com e sem carteira de trabalho assinada era de 12,4 pontos percentuais.

Tabela 6 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal - 2013

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	84,6	74,5	75,1	89,4	88,1	91,7
Empregado e trabalhador doméstico	89,6	85,5	84,1	91,5	91,4	93,0
Com carteira de trabalho assinada	92,9	91,7	91,5	93,3	92,4	94,5
Militar e funcionário público estatutário	94,5	92,1	93,0	95,2	95,4	96,3
Outro sem carteira de trabalho assinada	80,5	75,8	73,6	84,4	86,1	88,2
Empregado	90,3	86,2	84,6	92,4	91,9	93,6
Com carteira de trabalho assinada	93,1	92,1	91,4	93,7	92,6	94,7
Militar e funcionário público estatutário	94,5	92,1	93,0	95,2	95,4	96,3
Outro sem carteira de trabalho assinada	80,5	75,2	72,4	85,6	87,0	88,9
Conta própria	78,8	65,9	69,9	85,7	83,9	88,1
Empregador	95,1	93,8	91,5	95,5	96,2	97,1
Não remunerado	54,3	33,6	51,0	63,2	64,4	81,5
Trabalhador na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso	42,7	36,1	37,9	44,2	58,7	71,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Em termos regionais, a posse de telefone celular entre os trabalhadores por conta própria variou de 65,9%, na Região Norte, a 88,1%, na Região Centro-Oeste, e entre os trabalhadores não remunerados, de 33,6%, na Região Norte, a 81,5%, na Região Centro-Oeste. Nas demais posições na ocupação, as diferenças regionais foram menos acentuadas.

A análise do percentual de pessoas que tinham telefone celular, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita*, mostrou que a posse desse equipamento crescia à medida que o nível desse rendimento aumentava. Na faixa sem rendimento a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, 49,1% das pessoas tinham telefone celular, ao passo que na faixa acima de 10 salários mínimos essa proporção alcançava 95,7% em 2013. A Região Centro-Oeste apresentou os maiores percentuais de posse de telefone celular, entre as Grandes Regiões, em todas as classes de rendimento.

Tabela 7 - Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões, segundo as classes de rendimento mensal domiciliar *per capita* - 2013

Classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	Percentual de pessoas que tinham telefone móvel celular para uso pessoal, na população de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	75,2	66,7	66,1	79,5	79,7	83,8
Sem rendimento a 1/4 do salário mínimo (2)	49,1	42,6	44,8	59,7	57,6	66,7
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	62,8	55,5	60,6	66,4	66,4	72,6
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	72,4	69,7	67,9	74,5	73,6	79,5
Mais de 1 a 2 salários mínimos	82,5	81,7	80,2	82,7	82,3	86,8
Mais de 2 a 3 salários mínimos	89,4	90,5	91,2	89,0	88,0	92,2
Mais de 3 a 5 salários mínimos	92,2	92,2	92,9	91,7	91,6	94,7
Mais de 5 a 10 salários mínimos	94,4	94,8	93,8	94,0	94,4	96,6
Mais de 10 salários mínimos	95,7	93,6	94,3	95,9	95,6	97,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013.

Nota: Excluídas as pessoas cuja condição na unidade domiciliar era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de rendimento mensal domiciliar *per capita*. (2) Inclusive as pessoas moradoras em unidades domiciliares cujos componentes recebiam somente em benefícios.

Referências

ACESSO à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 262 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acesoainternet/internet.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.

ACESSO à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 217 p. Acompanha 1 CD-ROM. Acima do título: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acesoainternet2008/internet.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.

BRASIL. Decreto no 7.872, de 26 de dezembro de 2012. Regulamento a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 149, n. 248-A, 26 dez. 2012. Seção 1, edição extra, p. 1. Retificado no Diário, 28 dez. 2012, Seção 1, p. 1. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: abr. 2015.

_____. Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, ano 143, n. 27, 7 fev. 2006. Seção 1, p. 1-2. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: abr. 2015.

CANCEIS user's guide: Canadian census edit and imputation system. Version 4.5. Ottawa: Statistics Canada, Social Survey Methods Division, 2007.

CLASIFICACIÓN industrial internacional uniforme de todas las actividades económicas - CIU. Rev. 3. Nueva York: Naciones Unidas, Departamento de Asuntos Económicos y Sociales Internacionales, Oficina de Estadística, 1990. 212 p. (Informes estadísticos. Serie M, n. 4). Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/>>. Acesso em: abr. 2015.

CLASIFICACIÓN internacional uniforme de ocupaciones - CIUO-88. Ginebra: Organización Internacional del Trabajo - OIT, 2004. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/stat/isco/isco88/index.htm>>. Acesso em: abr. 2015.

CLASSIFICAÇÃO brasileira de ocupações - CBO. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2002. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/>>. Acesso em: abr. 2015.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - CNAE. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. 344 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/>>. Acesso em: abr. 2015.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas domiciliar - CNAE-Domiciliar. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/>>. Acesso em: abr. 2015.

CORE ICT indicators 2010. Geneva: International Telecommunication Union - ITU, 2010. 94 p. Preparado no âmbito da Partnership on Measuring ICT for Development. Disponível em: <http://www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-ICT_CORE-2010-PDF-E.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

ESTIMATIVAS da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 8 p. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2013/nota_metodologica_2013.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

FRAMEWORK for a set of e-government core indicators. Addis Ababa: United Nations Economic Commission for Africa - ECA, 2011. 41 p. Preparado no âmbito da Partnership on Measuring ICT for Development. Disponível em: <http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/coreindicators/Framework_for_a_set_of_E-Government_Core_Indicators_Final_rev1.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

INDICADORES clave sobre TIC, 2010. Geneva: International Telecommunication Union - ITU, 2010. 100 p. Preparado no âmbito da Partnership on Measuring ICT for Development. Disponível em: <<http://www.cepal.org/socinfo/noticias/documentosdetrabajo/4/39964/CoreICT.pdf>>. Acesso em: abr. 2015.

INTERNATIONAL standard classification of occupations ISCO-88. Geneva: International Labour Organization - ILO, 1990. 457 p. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/bureau/stat/isco/isco88/index.htm>>. Acesso em: abr. 2015.

INTERNATIONAL standard industrial classification of all economic activities - ISIC. Rev. 3. New York: United Nations, Department of International Economic and Social Affairs, 1990. Disponível em: <<http://concla.ibge.gov.br/classificacoes/por-tema/>>. Acesso em: abr. 2015.

MANUAL for measuring ICT access and use by households and individuals. Geneva: International Telecommunication Union - ITU, 2014. 207 p. Preparado no âmbito da Partnership on Measuring ICT for Development. Disponível em: <http://www.itu.int/dms_pub/itu-d/opb/ind/D-IND-ITCMEAS-2014-PDF-E.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

METHODS for projections of urban and rural population. New York: United Nations, 1974. 125 p. (Manuals on methods of estimating population, 8). Disponível em: <<http://www.un.org/esa/population/techcoop/PopProj/manual8/manual8.html>>. Acesso em: abr. 2015.

OBSERVATORIO para la sociedad de la información en Latinoamérica y el Caribe - Osilac. In: 25 AÑOS de la sociedad de la información en América Latina y el Caribe. Montevideo: Fundación Comunica com apoio do Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo - IDRC, [2015]. Projeto desenvolvido pela Comisión Económica para América Latina y el Caribe - Cepal. Disponível em: <<http://www.info25.org/es/proyecto/observatorio>>. Acesso em: abr. 2015.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS 2004-2012. Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, v. 25-32, 2005-2013. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2012/default_brasil.shtm>. Acesso em: abr. 2015.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 263 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/default.shtm>>. Acesso em: abr. 2015.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 213 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/default.shtm>>. Acesso em: abr. 2015.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 282 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011/default_sintese.shtm>. Acesso em: abr. 2015.

PROJEÇÕES da população: Brasil e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 41 p. (Série relatórios metodológicos, v. 40). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Projecao_da_Populacao/Projecao_da_Populacao_2013/srm40_projecao_da_populacao.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

TIC DOMICÍLIOS e empresas 2013: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil - CGI.br, 2014. 658 p. Publicação bilíngue. Disponível em: <http://www.cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_DOM_EMP_2013_livro_eletronico.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

WSIS THEMATIC MEETING ON MEASURING THE INFORMATION SOCIETY, 2005, Geneva. *Final conclusions*. Geneva: World Summit on the Information Society - WSIS, 2005. 10 p. Disponível em: <<https://www.itu.int/wsis/docs2/thematic/unctad/final-conclusions.PDF>>. Acesso em: abr. 2015.

Anexos

- 1 Estimativas da população para o cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2013 e a reponderação das PNADs 2001 a 2012**
- 2 Grupamentos e subgrupos principais ocupacionais**
- 3 Grupamentos e divisões de atividade**

Anexo 1 Estimativas da população para o cálculo dos pesos para a expansão da amostra da PNAD 2013 e a reponderação das PNADs 2001 a 2012

O IBGE calibra as estimativas provenientes das pesquisas domiciliares por amostragem tomando por base os dados da Projeção da População que o Instituto elabora e divulga. Assim, para a expansão da amostra da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2013, são utilizados estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente de cada Unidade da Federação, segundo o tipo de área (região metropolitana e não metropolitana de divulgação da pesquisa).

Em 2013, o IBGE divulgou a Projeção da População das Unidades da Federação, por sexo e idade, para o período 2000-2030, pelo Método das Componentes Demográficas, o que representa um importante aprimoramento metodológico. Essa metodologia incorporou os resultados dos parâmetros demográficos calculados com base no Censo Demográfico 2010 e as informações mais recentes dos registros de nascimentos e óbitos. Nesse método, interagem as variáveis demográficas seguindo as coortes de pessoas ao longo do tempo, expostas às leis de fecundidade, mortalidade e migração. Para tanto, é necessário que se produzam estimativas e projeções dos níveis e padrões de cada uma dessas componentes. Esta se reveste na mais delicada etapa do processo como um todo, pois a formulação das hipóteses sobre as perspectivas futuras da fecundidade, da mortalidade e da migração requer o empreendimento de um esforço cuidadoso no sentido de garantir a coerência entre os parâmetros disponíveis, descritivos das tendências passadas, e aqueles que resultarão da projeção¹. É dessa projeção que se originam as estimativas da população para níveis geográficos mais desagregados, no caso do IBGE, os municípios.

Para estimar a população dos municípios, foi utilizado o Método de Tendência de Crescimento Populacional, denominado AiBi. Essa metodologia tem como princípio fundamental a subdivisão de uma área maior, cuja estimativa já se conhece, em n áreas menores, de tal forma que seja assegurada, ao final das estimativas das áreas menores, a reprodução da estimativa, previamente conhecida, da área maior, por meio da soma das estimativas das áreas menores². Neste caso, a população da área maior considerada para a utilização do método foi a população projetada para cada Unidade da Federação, elaborada pelo Método das Componentes Demográficas para 2000 e 2010. As populações das áreas menores foram as dos municípios aferidas nos Censos Demográficos 2000 e 2010, ajustadas a partir de um processo de conciliação censitária.

As estimativas da população para calibrar a PNAD 2013 tiveram como data de referência o dia 28 de setembro de 2013.

A partir da metodologia para estimar as populações municipais, os efetivos correspondentes às Regiões Metropolitanas foram obtidos a partir da soma das populações de cada um dos municípios que as compõem. Da mesma forma, para a parte não metropolitana das Unidades da Federação que consideram Regiões Metropolitanas como áreas de divulgação. Esse mesmo procedimento foi utilizado para reponderação das PNADs de 2001 a 2012, com base nas Projeções da População das Unidades da Federação – Revisão 2013.

As estimativas das populações, segundo a situação de residência urbana e rural, entre os anos 2000 a 2010, foram realizadas a partir de um processo de interpolação linear simples do grau de urbanização observado nos Censos Demográficos 2000 e 2010. A partir de 2011, foi utilizado o método proposto pela Organização das

¹ Para informações mais detalhadas sobre os aspectos metodológicos, consultar: PROJEÇÕES da população: Brasil e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 41 p. (Série relatórios metodológicos, v. 40). Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Projecao_da_Populacao/Projecao_da_Populacao_2013/srm40_projecao_da_populacao.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

² Para informações mais detalhadas sobre os aspectos metodológicos, consultar: ESTIMATIVAS da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. 8 p. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2013/nota_metodologica_2013.pdf>. Acesso em: abr. 2015.

Nações Unidas - ONU³. Esse método matemático é baseado no pressuposto de que a diferença entre as taxas de crescimento das populações urbana e rural se mantém constante ao longo do tempo (constante K). A partir dessa constante K, é possível construir uma expressão analítica (modelo logístico) de forma a se obter, de modo prático, a projeção do percentual urbano de uma população qualquer, a partir do instante inicial t (sendo t o ano de referência do último censo demográfico). É necessário também o conhecimento da população de partida da projeção; neste caso, o percentual de população urbana ($pu(t)$), no instante de tempo inicial.

Até 2003, utilizou-se a projeção da população residente urbana como variável independente para a expansão da amostra da PNAD das seis Unidades da Federação (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá) em que a pesquisa não cobria a área rural. A partir de 2004, a PNAD passou a cobrir tanto as áreas urbanas como as rurais dessas seis Unidades da Federação. Considerando essa situação especial, unicamente para as seis Unidades da Federação, adotou-se a projeção da população residente, segundo a situação do domicílio (urbana e rural), como variável independente para expansão da amostra.

³ Para informações mais detalhadas sobre o método proposto, consultar: METHODS for projections of urban and rural population. New York: United Nations, 1974. 125 p. (Manuals on methods of estimating population, 8). Disponível em: <<http://www.un.org/esa/population/techcoop/PopProj/manual8/manual8.html>>. Acesso em: abr. 2015.

Anexo 2 Grupamentos e subgrupos principais ocupacionais

Dirigentes em geral

Membros superiores e dirigentes do poder público
Dirigentes de empresas e organizações (exceto de interesse público)
Gerentes

Profissionais das ciências e das artes

Profissionais policientíficos
Profissionais das ciências exatas, físicas e da engenharia
Profissionais das ciências biológicas, da saúde e afins
Profissionais do ensino (com formação de nível superior)
Profissionais das ciências jurídicas
Profissionais das ciências sociais e humanas
Comunicadores, artistas e religiosos

Técnicos de nível médio

Técnicos polivalentes
Técnicos de nível médio das ciências físicas, químicas, engenharia e afins
Técnicos de nível médio das ciências biológicas, bioquímicas, da saúde e afins
Professores leigos e de nível médio
Técnicos de nível médio em serviços de transportes
Técnicos de nível médio nas ciências administrativas
Técnicos em nível médio dos serviços culturais, das comunicações e dos desportos
Outros técnicos de nível médio

Trabalhadores de serviços administrativos

Escriturários
Trabalhadores de atendimento ao público

Trabalhadores dos serviços

Trabalhadores dos serviços

Vendedores e prestadores de serviços do comércio

Vendedores e prestadores de serviços do comércio

Trabalhadores agrícolas

- Produtores na exploração agropecuária
- Trabalhadores na exploração agropecuária
- Pescadores, caçadores e extrativistas florestais
- Trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal

Trabalhadores da produção de bens e serviços de reparação e manutenção

- Trabalhadores da indústria extrativa e da construção civil
- Trabalhadores da transformação de metais e de compósitos
- Trabalhadores da fabricação e instalação eletroeletrônica
- Montadores de aparelhos e instrumentos de precisão e musicais
- Joalheiros, vidreiros, ceramistas e afins
- Trabalhadores das indústrias têxteis, do curtimento, do vestuário e das artes gráficas
- Trabalhadores das indústrias de madeira e do mobiliário
- Trabalhadores de funções transversais
- Trabalhadores das indústrias de processos contínuos e outras indústrias
- Trabalhadores de instalações siderúrgicas e de materiais de construção
- Trabalhadores de instalações e máquinas de fabricação de celulose, papel, papelão e artefatos
- Trabalhadores da fabricação de alimentos, bebidas e fumo
- Operadores de instalações de produção e distribuição de energia, utilidades, captação, tratamento e distribuição de água
- Outros trabalhadores elementares industriais
- Trabalhadores de reparação e manutenção mecânica
- Polimantenedores
- Outros trabalhadores da conservação, manutenção e reparação

Membros das forças armadas e auxiliares

- Militares da aeronáutica
- Militares do exército
- Militares da marinha
- Policiais militares
- Bombeiros militares

Ocupações maldefinidas

- Ocupações maldefinidas

Anexo 3 Grupamentos e divisões de atividade

Agrícola

Agricultura, pecuária e serviços relacionados com estas atividades

Silvicultura, exploração florestal e serviços relacionados com estas atividades

Pesca, aquicultura e atividades dos serviços relacionados com estas atividades

Indústria

Indústrias de transformação

Fabricação de produtos alimentícios e bebidas

Fabricação de produtos do fumo

Fabricação de produtos têxteis

Confecção de artigos do vestuário e acessórios

Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados

Fabricação de produtos de madeira

Fabricação de celulose, papel e produtos de papel

Edição, impressão e reprodução de gravações

Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool

Fabricação de produtos químicos

Fabricação de produtos de borracha e plástico

Fabricação de produtos de minerais não metálicos

Metalurgia básica

Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos

Fabricação de máquinas e equipamentos

Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática

Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos

Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações

Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios

Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias

Fabricação de outros equipamentos de transporte

Fabricação de móveis e indústrias diversas

Reciclagem

Outras atividades industriais

Extração de carvão mineral

Extração de petróleo, gás natural e serviços correlatos

Extração de minerais radioativos

Extração de minerais metálicos

Extração de minerais não metálicos

Eletricidade, gás e água quente

Captação, tratamento e distribuição de água

Construção

Construção

Comércio e reparação

Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis

Intermediários do comércio, comércio e reparação de objetos pessoais e domésticos

Alojamento e alimentação

Alojamento e alimentação

Transporte, armazenagem e comunicação

Transporte terrestre

Transporte aquaviário

Transporte aéreo

Atividades anexas e auxiliares do transporte e agências de viagem

Correios e telecomunicações

Administração pública

Administração pública, defesa e seguridade social

Educação, saúde e serviços sociais

Educação

Saúde e serviços sociais

Outros serviços coletivos, sociais e pessoais

Limpeza urbana e esgoto; e atividades conexas

Atividades associativas

Atividades recreativas, culturais e desportivas

Serviços pessoais

Serviços domésticos

Serviços domésticos

Outras atividades

Intermediação financeira, exclusive de seguros e previdência privada

Seguros e previdência privada

Atividades auxiliares da intermediação financeira

Atividades imobiliárias

Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos sem condutores ou operadores e de objetos pessoais e domésticos

Atividades de informática e conexas

Pesquisa e desenvolvimento

Serviços prestados principalmente às empresas

Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Atividades maldefinidas

Atividades maldefinidas

Glossário

A pesquisa abrange a população residente nas unidades domiciliares (domicílios particulares e unidades de habitação em domicílios coletivos). Excluem-se as pessoas residentes em embaixadas, consulados e legações e, também, as pessoas institucionalizadas residentes em domicílios coletivos de estabelecimentos institucionais, tais como: os militares em caserna ou dependências de instalações militares; os presos em penitenciárias; os internos em escolas, orfanatos, asilos, hospitais etc.; e os religiosos em conventos, mosteiros etc.

As características gerais e de educação foram pesquisadas para todas as pessoas e as de trabalho e rendimento, para as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

A pesquisa sobre a posse de telefone móvel celular para uso pessoal e as características de utilização da Internet foi realizada para as pessoas de 10 anos ou mais de idade.

anos de estudo Classificação estabelecida em função da série e do nível ou grau mais elevado alcançado pela pessoa, considerando a última série concluída com aprovação. Cada série concluída com aprovação corresponde a 1 ano de estudo. A contagem dos anos de estudo tem início: em 1 ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino fundamental, de primeiro grau ou elementar; em 5 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em 9 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de ensino médio, de segundo grau ou de médio segundo ciclo; em 12 anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso superior. As pessoas que não declararam a série e o nível ou grau, ou com informações incompletas ou que não permitem a sua classificação, são reunidas

no grupo de anos de estudo não determinados ou sem declaração. Tendo em vista o período de transição da mudança da duração do ensino fundamental, a classificação segundo os anos de estudo foi construída de forma a harmonizar a duração do ensino fundamental de 9 anos para 8 anos. Na contagem dos anos de estudo para o ensino fundamental com duração de 9 anos, a primeira série concluída com aprovação foi enquadrada em menos de 1 ano de estudo, a segunda série, em 1 ano de estudo, e assim, sucessivamente, até a nona série, classificada em 8 anos de estudo.

atividade Finalidade ou ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalha. Para os trabalhadores por conta própria, classifica-se de acordo com a ocupação exercida.

categoria do emprego Classificação dos empregados em: com carteira de trabalho assinada; militares (do Exército, Marinha de Guerra e Aeronáutica, inclusive as pessoas prestando serviço militar obrigatório) e funcionários públicos estatutários (empregados regidos pelos Estatutos dos funcionários públicos federais, estaduais, municipais ou de autarquias); ou outro sem carteira de trabalho assinada. Classificação dos trabalhadores domésticos em: com carteira de trabalho assinada ou sem carteira de trabalho assinada.

Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar Adaptação da Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, do Ministério do Trabalho e Emprego, para as pesquisas domiciliares. Para esta adaptação às pesquisas domiciliares o IBGE utilizou a estrutura da CBO, que ainda estava sendo validada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em setembro de 1999. A CBO-Domiciliar mantém-se idêntica à CBO no nível mais agregado – grande grupo – e reagrupa algumas famílias ocupacionais, subgrupos e subgrupos principais, tendo em vista as dificuldades de sua captação com precisão em pesquisas domiciliares. A CBO tem como referência a International Standard Classification of Occupations - ISCO-88 (Clasificación Internacional Uniforme de Ocupaciones - CIUO-88).

Classificação Nacional de Atividades Econômicas-Domiciliar - CNAE-Domiciliar Adaptação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE para as pesquisas domiciliares. A CNAE-Domiciliar mantém-se idêntica à CNAE nos níveis mais agregados – seção e divisão, com exceção das divisões do comércio em que não se distingue o varejo e o atacado – reagrupa classes onde o detalhamento foi considerado inadequado para as pesquisas domiciliares e desagrega algumas atividades de serviços que têm nestas pesquisas sua única fonte de cobertura. A CNAE tem como referência a International Standard Industrial Classification of all Economic Activities - ISIC (Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas - CIIU), 3ª revisão, das Nações Unidas.

condição de atividade na semana de referência Classificação da pessoa em idade ativa em economicamente ativa ou não economicamente ativa na semana de referência da pesquisa.

condição de estudante Classificação da pessoa em: estudante ou não estudante.

condição na unidade domiciliar Classificação dos componentes da unidade domiciliar, quanto à relação de parentesco ou de convivência existente entre cada membro e a pessoa de referência ou com o seu cônjuge, em: pessoa de referência - pessoa responsável pela unidade domiciliar ou assim considerada pelos demais membros; cônjuge - pessoa que vive conjugalmente com a pessoa de referência da unidade

domiciliar, existindo ou não vínculo matrimonial; filho - pessoa que é filho, enteado, filho adotivo ou de criação da pessoa de referência da unidade domiciliar ou do seu cônjuge; outro parente - pessoa que tem qualquer outro grau de parentesco com a pessoa de referência da unidade domiciliar ou com o seu cônjuge, exclusive os relacionados anteriormente; agregado - pessoa que não é parente da pessoa de referência da unidade domiciliar nem do seu cônjuge e não paga hospedagem nem alimentação; pensionista - pessoa que não é parente da pessoa de referência da unidade domiciliar nem do seu cônjuge e paga hospedagem ou alimentação; empregado doméstico - pessoa que presta serviço doméstico remunerado, em dinheiro ou somente em benefícios, a membro(s) da unidade domiciliar; ou parente do empregado doméstico - pessoa que é parente do empregado doméstico e não presta serviço doméstico remunerado a membro(s) da unidade domiciliar.

conta própria Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.

data de referência Data fixada para o cálculo da idade e para a investigação de características de trabalho. Corresponde ao último dia da semana de referência que, para a pesquisa realizada em 2013, foi o dia 28 de setembro de 2013.

dependência doméstica Relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da unidade domiciliar.

domicílio Local de moradia estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos. A separação fica caracterizada quando o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, permitindo que os moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia. A independência fica caracterizada quando o local de moradia tem acesso direto, permitindo que os moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas. Os domicílios classificam-se em: domicílio particular ou domicílio coletivo.

domicílio coletivo Domicílio destinado à habitação de pessoas em cujo relacionamento prevalece o cumprimento de normas administrativas.

domicílio particular Domicílio destinado à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas cujo relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência. O domicílio particular é classificado, quanto à espécie em: permanente ou improvisado.

domicílio particular improvisado Domicílio particular localizado em unidade que não tem dependência destinada exclusivamente à moradia (loja, sala comercial etc.) ou em prédio em construção, embarcação, carroça, vagão, tenda, barraca, gruta etc., que esteja servindo de moradia.

domicílio particular permanente Domicílio particular localizado em casa, apartamento ou cômodo e destinado à moradia.

empreendimento Empresa, instituição, entidade, firma, negócio etc., ou, ainda, o trabalho sem estabelecimento, desenvolvido individualmente ou com ajuda de outras pessoas (empregados, sócios ou trabalhadores não remunerados). Um empreendimento pode ser constituído por um ou mais estabelecimentos ou não ter estabelecimento.

empregado Pessoa que trabalha para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas etc.). Nesta categoria, inclui-se a pessoa que presta o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos.

empregador Pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.

equipamento utilizado para acessar a Internet Classificação dos tipos de equipamentos utilizados pela pessoa para acessar a Internet em qualquer local: microcomputador (de mesa ou portátil); telefone móvel celular; *tablet*; televisão; ou outro equipamento eletrônico, como tocador portátil de música (MP3 ou MP4 *players*, *iPod* etc.), leitor de livro eletrônico (*e-reader*), relógio, máquina fotográfica etc.

equipamento utilizado para acessar a Internet no domicílio Classificação dos tipos de equipamentos utilizados por moradores para acessar a Internet, no domicílio particular permanente, em: microcomputador de mesa; microcomputador portátil (*laptop*, *notebook*, *ultrabook*, *netbook*; *palmtop* etc.); telefone móvel celular; *tablet*; televisão; ou outro equipamento eletrônico, como tocador portátil de música (MP3 ou MP4 *players*, *iPod* etc.), leitor de livro eletrônico (*e-reader*), relógio, máquina fotográfica etc.

estudante Pessoa que frequenta curso regular (ensino fundamental, ensino médio ou superior de graduação), de mestrado ou doutorado, pré-escolar, alfabetização de adultos, supletivo ministrado em escola, ou pré-vestibular. A pessoa que frequenta somente curso sequencial de educação superior, de especialização profissional, de extensão cultural (idioma, costura, datilografia etc.) ou supletivo por meio de rádio, televisão ou correspondência não é classificada como estudante.

grupamentos de atividade Agrupamento das divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar - CNAE-Domiciliar em: agrícola; indústria; indústria de transformação; construção; comércio e reparação; alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; administração pública; educação, saúde e serviços sociais; serviços domésticos; outros serviços coletivos, sociais e pessoais; e outras atividades. A composição dos grupamentos de atividade encontra-se no Anexo 3.

grupamentos ocupacionais Agrupamento dos subgrupos principais da Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar - CBO-Domiciliar em: dirigentes em geral; profissionais das ciências e das artes; técnicos de nível médio; trabalhadores de serviços administrativos; trabalhadores dos serviços; vendedores e prestadores de serviços do comércio; trabalhadores agrícolas; trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção; membros das forças armadas e auxiliares. A composição dos grupamentos ocupacionais encontra-se no Anexo 2.

idade Idade calculada, em anos completos, na data de referência da pesquisa, com base no dia, mês e ano do nascimento da pessoa, ou idade presumida da pessoa que não sabe a data de nascimento.

morador Ver em população residente

mês de referência Mês fixado para a investigação dos rendimentos. Para a pesquisa realizada em 2013, foi o mês de setembro de 2013.

microcomputador Existência de microcomputador, inclusive portátil, no domicílio particular permanente.

não remunerado Pessoa que trabalha sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana: em ajuda a membro da unidade domiciliar que é conta própria ou empregador em qualquer atividade ou empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura); em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário.

nível de instrução Classificação estabelecida em função da série e do nível ou grau que a pessoa frequenta ou havia frequentado e da sua conclusão, compatibilizando os sistemas de ensino anteriores e o vigente, nos seguintes níveis: sem instrução; fundamental incompleto; fundamental completo; médio incompleto; médio completo; superior incompleto; ou superior completo; não determinado.

nível fundamental completo Para a pessoa que: a) frequenta: a 1ª série de curso do ensino médio, regular ou da educação de jovens e adultos; b) não frequenta, mas já frequentou e concluiu, com aprovação: curso do médio primeiro ciclo, regular do primeiro grau ou do ensino fundamental com duração de 8 anos ou 9 anos, da educação de jovens e adultos ou supletivo do primeiro grau ou do ensino fundamental; ou c) não frequenta, mas já frequentou: curso do médio segundo ciclo, regular do segundo grau ou do ensino médio, da educação de jovens e adultos ou supletivo do segundo grau ou do ensino médio, mas não concluiu, com aprovação, a 1ª série destes cursos; ou curso de médio segundo ciclo não seriado, ou da educação de jovens e adultos ou supletivo do segundo grau ou do ensino médio não seriados, mas não concluiu estes cursos.

nível fundamental incompleto Para a pessoa que: a) frequenta: da 2ª a 8ª série de curso regular do ensino fundamental de duração de 8 anos ou da educação de jovens e adultos do ensino fundamental; da 3ª a 9ª série de curso regular do ensino fundamental de duração de 9 anos; ou b) não frequenta, mas já frequentou: curso elementar e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1ª série deste curso; curso de médio primeiro ciclo, mas não concluiu este curso; curso regular do primeiro grau ou do ensino fundamental de duração de 8 anos, ou da educação de jovens e adultos ou supletivo do primeiro grau ou ensino fundamental e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1ª série e, no máximo, a 7ª série destes cursos; ou curso regular do ensino fundamental de duração de 9 anos e concluiu, com aprovação, pelo menos a 2ª série e, no máximo, a 8ª série deste curso.

nível médio completo Para a pessoa que: a) frequenta: a 4ª série de curso regular do ensino médio; curso pré-vestibular; ou a 1ª série de curso superior de graduação; ou b) não frequenta, mas já frequentou e concluiu, com aprovação, pelo menos a 3ª série de curso do médio segundo ciclo, ou regular do segundo grau ou do ensino médio; c) não frequenta, mas já frequentou e concluiu, com aprovação, curso de educação de jovens e adultos ou supletivo do segundo grau ou do ensino médio; ou d) não frequenta, mas já frequentou curso superior de graduação, mas não concluiu, com aprovação, a 1ª série deste curso.

nível médio incompleto Para a pessoa que: a) frequenta: a 2ª ou a 3ª série de curso do ensino médio, regular ou de educação de jovens e adultos; ou b) não frequenta, mas já frequentou e concluiu a 1ª série ou, no máximo, a 2ª série de curso do médio segundo ciclo, regular do segundo grau ou do ensino médio, da educação de jovens e adultos ou supletivo do segundo grau ou do ensino médio.

nível sem instrução Para a pessoa que: a) nunca frequentou escola; b) frequenta: creche; classe de alfabetização; maternal, jardim de infância etc.; curso de alfabetização de jovens e adultos; a 1ª série de curso regular do ensino fundamental de duração de 8 anos ou da educação de jovens e adultos do ensino fundamental; a 1ª ou a 2ª série de curso regular do ensino fundamental de duração de 9 anos; ou c) não frequenta, mas já frequentou: creche; classe de alfabetização; maternal, jardim de infância etc.; alfabetização de jovens e adultos; curso elementar, regular do primeiro grau ou do ensino fundamental de duração de 8 anos, ou da educação de jovens e adultos ou supletivo do primeiro grau ou do ensino fundamental, mas não concluiu, com aprovação, a 1ª série destes cursos; curso regular do ensino fundamental de duração de 9 anos, mas, no máximo, concluiu, com aprovação, a 1ª série deste curso; curso da educação de jovens e adultos ou supletivo do primeiro grau ou do ensino fundamental não seriados, mas não concluiu estes cursos.

nível superior completo Para a pessoa que: a) frequenta curso de mestrado ou doutorado; b) não frequenta, mas já frequentou curso de mestrado ou doutorado; ou c) não frequenta, mas já frequentou e concluiu, com aprovação, curso superior de graduação.

nível superior incompleto Para a pessoa que: a) frequenta da 2ª a 6ª série de curso superior de graduação; ou b) não frequenta, mas já frequentou curso superior de graduação e concluiu, com aprovação, pelo menos a 1ª série, mas não concluiu o curso.

nível não determinado Para a pessoa que frequenta curso de educação de jovens e adultos do ensino fundamental não seriado ou do ensino médio não seriado.

normas de convivência Regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica.

número de trabalhos Número de empreendimentos em que a pessoa tem trabalho na semana de referência. O trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso somente é contado para a pessoa que não tem qualquer outro trabalho remunerado ou sem remuneração no período de referência especificado.

ocupação Cargo, função, profissão ou ofício exercido pela pessoa.

período de referência de 365 dias Período fixado para a investigação de características de trabalho. Abrange a semana de referência da pesquisa e os 358 dias que a antecedem. Para a pesquisa realizada em 2013, foi o período de 29 de setembro de 2012 a 28 de setembro de 2013.

período de referência dos últimos três meses Período utilizado para a investigação das características de acesso à Internet. Abrange os últimos 90 dias que antecedem ao dia da entrevista.

pessoa desocupada Pessoa sem trabalho na semana de referência, mas que toma alguma providência efetiva de procura de trabalho nesse período.

pessoa economicamente ativa Pessoa classificada como ocupada ou desocupada na semana de referência da pesquisa.

peessoa em idade ativa Pessoa de 10 anos ou mais de idade.

peessoa não economicamente ativa Pessoa que não é classificada como ocupada nem como desocupada na semana de referência da pesquisa.

peessoa não ocupada Pessoa que não é classificada como ocupada na semana de referência da pesquisa.

peessoa ocupada Pessoa que tem trabalho durante toda ou parte da semana de referência da pesquisa, inclusive a pessoa que não exerce o trabalho remunerado que tem nessa semana por motivo de férias, licença, falta, greve etc.

população residente Pessoas que têm a unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) como local de residência habitual e, na data da entrevista, estão presentes ou ausentes, temporariamente, por período não superior a 12 meses em relação àquela data.

posição na ocupação Relação de trabalho existente entre a pessoa e o empreendimento em que trabalha. Segundo a posição na ocupação, a pessoa é classificada em: empregado, trabalhador doméstico, conta própria, empregador, não remunerado, trabalhador na produção para o próprio consumo ou trabalhador na construção para o próprio uso.

posse de telefone móvel celular para uso pessoal Classificação da pessoa quanto à posse de telefone móvel celular para uso pessoal em: possui ou não possui.

procura de trabalho Tomada de alguma providência efetiva para conseguir trabalho, tal como: contato estabelecido com empregadores; prestação de concurso; inscrição em concurso; consulta a agência de emprego, sindicato ou órgão similar; resposta a anúncio de emprego; solicitação de trabalho a parente, amigo, colega ou por meio de anúncio; tomada de medida para iniciar negócio; etc.

rádio Existência de rádio, mesmo que faça parte de conjunto que acople outros aparelhos, tais como: radiogravador, rádio toca-fitas etc., no domicílio particular permanente.

recepção de sinal digital de televisão aberta Existência de televisão conectada a um conversor para receber sinal digital de televisão aberta, no domicílio particular permanente com televisão.

rede de ensino Classificação da escola ou creche, de acordo com a sua subordinação administrativa, em: pública (federal, estadual ou municipal) ou particular.

rendimento mensal Soma do rendimento mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes.

rendimento mensal de outras fontes Rendimento mensal, no mês de referência da pesquisa, normalmente recebido de: a) jubilação, reforma ou aposentadoria paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal, inclusive Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural - FUNRURAL) ou pelo governo federal; complementação ou suplementação de aposentadoria paga por entidade seguradora ou decorrente de participação em fundo de pensão; pensão paga por instituto de previdência (federal, estadual ou municipal), governo federal, caixa de assistência social, entidade seguradora ou fundo de pensão, na qualidade de beneficiária de outra pessoa; pensão alimentícia, espontânea ou judicial; abono de permanência em serviço; aluguel, inclusive sublocação e arrendamento de móveis, imóveis, máquinas, equipamentos, animais etc.; doação ou mesada proveniente de pessoa não moradora

na unidade domiciliar; programa oficial de auxílio educacional (como o Bolsa Escola) ou social (Renda Mínima, Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC-LOAS, e outros); e b) rendimento médio mensal, no mês de referência da pesquisa, proveniente de aplicação financeira (juros de papel de renda fixa e de caderneta de poupança, dividendos etc.); parceria; etc.

rendimento mensal de trabalho Rendimento mensal em dinheiro e valor, real ou estimado, do rendimento em produtos ou mercadorias do ramo que compreende a agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, provenientes do trabalho principal, do trabalho secundário e dos demais trabalhos que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa, exceto o valor da produção para consumo próprio. Para empregados e trabalhadores domésticos - remuneração bruta mensal a que normalmente têm direito trabalhando o mês completo ou, quando o rendimento é variável, remuneração média mensal relativa ao mês de referência da pesquisa. Entende-se por remuneração bruta o rendimento sem excluir o salário família e os descontos correspondentes aos pagamentos de instituto de previdência, imposto de renda, faltas etc., e não incluindo o 13º salário (14º, 15º salários etc.) e a participação nos lucros paga pelo empreendimento aos empregados. A parcela recebida em benefícios (moradia; alimentação; roupas; vales refeição, alimentação ou transporte; etc.) não é incluída no cômputo do rendimento de trabalho. Para empregadores e conta própria - retirada mensal normalmente feita ou, quando o rendimento é variável, retirada média mensal relativa ao mês de referência da pesquisa. Entende-se por retirada o ganho (rendimento bruto menos despesas efetuadas com o empreendimento, tais como: pagamento de empregados, matéria- prima, energia elétrica, telefone etc.) da pessoa que explora um empreendimento como conta própria ou empregadora. Para a pessoa licenciada por instituto de previdência, considera-se o rendimento bruto mensal normalmente recebido como benefício (auxílio doença, auxílio por acidente de trabalho etc.), relativo ao mês de referência da pesquisa. Os empregados e trabalhadores domésticos que recebem apenas alimentação, roupas, medicamentos etc. (benefícios), à guisa de rendimento de trabalho, são incluídos no grupo "sem rendimento".

rendimento mensal domiciliar Soma dos rendimentos mensais dos membros da unidade domiciliar, exclusive os das pessoas de menos de 10 anos de idade e os daquelas cuja condição na unidade domiciliar é de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

rendimento mensal domiciliar per capita Resultado da divisão do rendimento mensal domiciliar pelo número de componentes da unidade domiciliar, exclusive aqueles cuja condição na unidade domiciliar é de pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

salário mínimo Remuneração mínima do trabalhador, fixada por lei. Para apuração dos rendimentos segundo as classes de salário mínimo, considera-se o valor em vigor no mês de referência da pesquisa que, em setembro de 2013, era de R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais).

semana de referência Semana fixada para a investigação de características de trabalho. Para a pesquisa realizada em 2013, foi a semana de 22 a 28 de setembro de 2013.

situação de ocupação na semana de referência Classificação da pessoa em idade ativa em ocupada ou não ocupada na semana de referência da pesquisa.

situação do domicílio Classificação da localização do domicílio em urbana ou rural, definida por lei municipal vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico. A situação urbana abrange as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério e, também, utilizado na classificação da população urbana e rural.

tablet Existência de *tablet*, que é um microcomputador em forma de prancheta que não possui teclado acoplado e é operado basicamente por meio de uma tela sensível ao toque, no domicílio particular permanente.

telefone Existência de linha telefônica fixa (telefone fixo convencional) instalada, mesmo que seja partilhada com outra unidade, domiciliar ou não residencial, de ramal de uma central telefônica comunitária etc., ou de linha telefônica móvel (telefone móvel celular), no domicílio particular permanente.

televisão Existência de televisão em cores ou em preto e branco, no domicílio particular permanente.

televisão com antena parabólica Existência de televisão com recepção de antena que captava sinais de televisão transmitidos por satélite (antena parabólica), no domicílio particular permanente com televisão.

televisão por assinatura Existência de televisão com acesso a canais de televisão pagos, adquirido de um serviço de acesso condicionado a pagamento, no domicílio particular permanente com televisão.

tipo de conexão à Internet no domicílio Classificação dos tipos de conexão usados para acessar à Internet no domicílio particular permanente, por meio dos equipamentos utilizados por moradores, em: discada - quando a conexão é feita por meio de chamada telefônica, o que requer a conexão do microcomputador com cabo de telefonia fixa; banda larga fixa - quando a conexão é feita por meio de cabo de cobre de telefonia (*Asymmetric Digital Subscriber Line - ADSL* ou *Very high bit-rate Digital Subscriber Line - VDSL*), cabo de televisão por assinatura (cabo coaxial), cabo de fibra ótica, satélite ou rádio (como WI-FI ou WIMAX); ou banda larga móvel - quando a conexão é feita por meio de rede celular de terceira (3G) ou quarta (4G) gerações de padrões a tecnologias da telefonia móvel.

tipo de televisão Classificação dos tipos de aparelhos de televisão existentes no domicílio particular permanente em: tela fina - quando o aparelho de televisão é de tela de cristal líquido (*Liquid Crystal Display - LCD*), cristal líquido com diodo emissor de luz (*Light Emitting Diode - LED*) ou plasma; ou tubo - quando o aparelho de televisão é de tubo de raios catódicos (*Cathode Ray Tube - CRT*).

trabalhador doméstico Pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares.

trabalhador na construção para o próprio uso Pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privativas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalhador na produção para o próprio consumo Pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalho Exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) na produção de bens e serviços; b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas etc.) no serviço doméstico; c) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana: em ajuda a membro da unidade domiciliar que tem trabalho como empregado na produção de bens primários (atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário; d) ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias, exceto as obras destinadas unicamente à reforma, para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

trabalho principal da semana de referência Único trabalho que a pessoa tem na semana de referência da pesquisa. Para a pessoa com mais de um trabalho, isto é, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, considera-se como principal o trabalho da semana de referência no qual tem maior tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade no tempo de permanência no período de referência de 365 dias, considera-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa dedica normalmente maior número de horas semanais. Adota-se este mesmo critério para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, tem somente trabalhos não remunerados que apresentam o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias. Em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considera-se como principal aquele que proporciona normalmente o maior rendimento.

unidade domiciliar Domicílio particular ou unidade de habitação (apartamento, quarto etc.) em domicílio coletivo.

utilização da Internet Utilização da Internet feita pela própria pessoa por meio de qualquer equipamento, tal como: computador de mesa ou portátil (*laptop, notebook, ultrabook, netbook, palmtop, pocket pc, handheld* etc.); telefone móvel celular; *tablet*; televisão, a cabo ou satélite; ou *game console* ou outro equipamento eletrônico. Não é considerada como utilizando a Internet a pessoa que solicita a outrem para fazer o acesso do seu interesse por não saber usar microcomputador ou a Internet.

utilização da Internet no domicílio Classificação da existência de utilização da Internet no domicílio particular permanente em: existe - quando algum morador acessa a Internet no domicílio por qualquer meio: microcomputador de mesa ou portátil (*laptop, notebook, ultrabook, netbook, palmtop* etc.); telefone móvel celular; *tablet*; televisão, a cabo ou satélite; ou *game console* ou outro equipamento eletrônico; ou não existe - quando nenhum morador utiliza a Internet no domicílio por qualquer meio.

utilização da Internet, no período de referência dos últimos três meses Classificação da pessoa quanto à utilização da Internet em algum local (domicílio, local de trabalho, escola, centro de acesso gratuito ou pago, domicílio de outras pessoas ou qualquer outro local), no período de referência dos últimos três meses, em: utiliza ou não utiliza.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de Trabalho e Rendimento

Cimar Azeredo Pereira

Gerência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD

Maria Lucia França Pontes Vieira

Análise dos resultados

Adriana Araujo Beringuy

Alessandra Scalioni Brito

Elaboração do plano tabular

Vandeli dos Santos Guerra (consultora)

Tabulação dos resultados

Daniel Luiz Fonseca de Aguiar

Rosângela Antunes (Consultora)

Cálculo dos coeficientes de variação

Rosângela Antunes (Consultora)

Elaboração dos gráficos

Adriana Araujo Beringuy

Alessandra Scalioni Brito

Jully Nascimento Ponte

Revisão e preparo de originais

Adriana Araujo Beringuy

Alessandra Scalioni Brito

Bruno Alves de Carvalho

Helena Oliveira da Cruz Monteiro

Jully Nascimento Ponte

Maria Lucia França Pontes Vieira

Crítica centralizada

Rosângela Antunes (Consultora)

Seleção, controle e expansão da amostra

Fabiane Cirino de Oliveira Santos

Marcus Paulo Soares de Freitas

Marcus Vinícius Morais Fernandes

Controle e acompanhamento da coleta

Luiz Claudio da Silva Malvino

Marcia Barbosa de Almeida Vargas

Maria Lucia Pereira do Nascimento

Michelle Menegardo de Souza

Rosângela Lago de Souza Barbosa

Robson da Silva Pereira

Colaboradores**Diretoria de Pesquisas****Coordenação de População e Indicadores Sociais**

Bárbara Cobo Soares

Gerência de Estudos e Análise da Dinâmica Demográfica

Leila Regina Ervatti

Antonio de Ponte Jardim

Izabel Magalhães Marri

João Raposo Belchior

Jorge da Silva

Marcio Mtsuo Minamiguchi

Gerência de Estatísticas Vitais Estimativas Populacionais

Gabriel Mendes Borges

Luciano Gonçalves de Castro e Silva

Leandro Okamoto Silva

Diretoria de Informática**Coordenação de Informatização de Processos**

Claudio Mariano Fernandes

Gerência de Desenvolvimento e Suporte a Projetos Especiais e Produtos Especialistas

Luigino Italo Palermo

Carlos Brandão Fernandes da Silva

Eduardo da Costa Romero

Dulce Maria Rocha Barbosa

Ronaldo Rodrigues Raposo Junior

Said Jorge Miguel Passos Filho

Gerência de Desenvolvimento de Sistema de Censos

Ataide José de Oliveira Venâncio

Carlos Emilio de Mattos Strauch

Davi Faria Rocha

Marcos Rodrigues Pinto

Gerência de Suporte e Desenvolvimento de Sistemas de Microdados

Bianca Fernandes Sotelo

Marcello Willians Messina Ribeiro

Magali Ribeiro Chaves

Gerência de Suporte e Desenvolvimento de Sistemas de Dados Agregados

Luiz Antonio Gauziski de Araujo Figueredo

Anderson Almeida França

José Masello

Gerência de Sistemas Populacionais e Sociais

Solange Ferreira Pinto

Vania da Silva Boquimpani

André Bruno de Oliveira

Humberto Lopes Chapouto

Coordenação de Operações e Serviços de Informática

Bruno Gonçalves Santos

Gerência de Implantação e Administração dos Serviços em Produção

Georgia de Souza Assumpção - Gerente de área

Paulo Lincoln Ribeiro de Oliveira - Analista de Produção

Rozani Souza Gomes de Carvalho - Técnica em Informática

Unidades Estaduais

Supervisores Estaduais

RO - Ademilson Uchoa Matos

AC - Angela Augusta Lopes da Silva

AM - Jose Ilcleson Mendes Coelho

RR - Guilherme Ferreira Cornely

PA - Max Elias Calil Gomes

AP - Ananias do Carmo Picanço

TO - Nereu Ribeiro Soares Junior

MA - Patrícia de Oliveira Borges e Souza

PI - Eurípedes Ferreira Sobrinho

CE - João Batista Canário Neto

RN - Rogério Henrique de C. Campelo

PB - Deodato Fortunato de Sousa

PE - Maria Auricelia Andrada Bezerra Lima

AL - Alcimar Eneas Rocha Trancoso

SE - Ewerton Fernando Santana Coelho

BA - Artur Constantino Figueiredo Machado

MG - Fernanda de Sousa Gerken

ES - Sergio Gago Amaro

RJ - Alberto Azemiro Martins de Carvalho

SP - Josué Pinto

PR - Laura Castegnaro

SC - Valmir José Leal

RS - André Pacheco Rocha
MS - Wilson Douglas de Queiroz Blini
MT - Nivaldo de Souza Lima
GO - Valperino Gomes Oliveira Filho
DF - Veronica Teixeira Magalhaes dos Santos

Coordenadores de Informática das Unidades Estaduais

RO - Carlos Souza Menandro
AC - Raphael Lopes Dias
AM - Darlan Viana Cavalcante
RR - José Carlos Ramires
PA - Sílvio Costa de Souza
AP - Fabrício Alves Reis
TO - Manuela Almeida Bittencourt
MA - Wellington Luis Mineiro Franca
PI - João José de Sousa Santos
CE - Manuel Ozanan Rodrigues Filho
RN - Edson Moreira de Aguiar
PB - Haroldo Paulino de Medeiros
PE - Gliner Dias Alencar
AL - Plínio José Medeiros C. de Araújo
SE - Carlos Alberto Lavy
BA - André Luiz Ferreira Urpia
MG - Diva de Souza e Silva Rodrigues
ES - Eric Alves Buhr
RJ - Carlos Eduardo Portela
SP - Wlamir Almeida Pinheiro
PR - Luciano Lopes Martins
SC - Luis Augusto de Souza Bevacqua
RS - Octavio Jose Dedavid Filho
MS - Ronaldo Mendes Lamare
MT - Fabricio Eustaquio Vargas
GO - Rogerio Arantes Gaioso
DF - Jose Magno de Avila Junior

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual e tabular

Beth Fontoura
Fernanda Maciel Jardim
Katia Vaz Cavalcanti

Diagramação tabular e de gráficos

Beth Fontoura

LGonzaga

Maria da Graça Fernandes de Lima

Diagramação textual

Carlos Amaro Feliciano da Silva

Solange Maria Mello de Oliveira

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Produção de multimídia

Helena Maria Mattos Pontes

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo Mendonça

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva

Elizabeth de Carvalho Faria

Lioara Mandoju

Maria Socorro da Silva Araújo

Nadia Bernuci dos Santos

Solange de Oliveira Santos

Vera Lucia Punzi Barcelos Capone

Padronização de glossários

Ana Raquel Gomes da Silva

Elaboração de quarta capas

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

Maria Alice da Silva Neves Nabuco

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte